



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**DEPARTAMENTO DE TURISMO E HOTELARIA**  
**CURSO: TURISMO**

**DAYANA STHÉFANE PEREIRA CUTRIM**

**MUSEUS E EDUCAÇÃO:** Reflexões acerca da função educativa dos museus e centros de cultura da cidade de São Luís

**São Luís - MA**

**2018**

**DAYANA STHÉFANE PEREIRA CUTRIM**

**MUSEUS E EDUCAÇÃO:** Reflexões acerca da função educativa dos museus e centros de cultura da cidade de São Luís

Monografia apresentada ao Curso de Turismo da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do grau de Bacharel em Turismo.

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Kláutenys Dellene Guedes Cutrim

**São Luís - MA**

**2018**

**DAYANA STHÉFANE PEREIRA CUTRIM**

**MUSEUS E EDUCAÇÃO:** Reflexões acerca da função educativa dos museus e centros de cultura da cidade de São Luís

Monografia apresentada ao Curso de Turismo da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do grau de Bacharel em Turismo.

Orientador: Prof<sup>ª</sup>. Kláutenys Dellene Guedes Cutrim

Aprovado em: \_\_/\_\_/\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof<sup>ª</sup>. Kláutenys Dellene Guedes Cutrim

---

1º Examinador

---

2º Examinador

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, pelo dom da vida. E pela força e coragem para a conclusão deste trabalho.

Aos meus pais, Luis Augusto e Valderice de Jesus pelo apoio, carinho e incentivos que me fizeram chegar até aqui. E a minha irmã, Dayara Cutrim, sempre presente em todos os momentos.

Aos professores do curso de Turismo, pelos grandes ensinamentos. Em especial aos que me incentivaram para a conclusão do estudo e a presente pesquisa.

À minha orientadora Kláutenys Guedes, pelo direcionamento durante a pesquisa, com competência, atenção, dedicação e paciência.

À professora Sarany Fernandes, pela atenção e contribuição no início do processo de construção deste trabalho.

Aos meus amigos do curso de Turismo, que me acompanharam nessa trajetória de graduação, pelas trocas de experiências.

Às amigas, em especial a Danyele, Ana Carolina e Abigail, pelo encorajamento, torcida e palavras de incentivos nos momentos certos.

Aos meus colegas de trabalho, pelo incentivo e companheirismo, no decorrer do caminho para a finalização da pesquisa.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para a concretização deste trabalho.

## RESUMO

Estudo de pesquisa bibliográfica e de campo que objetiva identificar e analisar o caráter educativo dos museus e centros de cultura da cidade de São Luís. Analisa se os museus apresentam projetos educativos direcionados para o público escolar. Revela os museus como espaços de educação não formal, fundamentados nas teorias educacionais e nas próprias leis e diretrizes que norteiam a instituição. Demonstra a relevância da relação do ensino da Arte e de História junto aos elementos que compõem os museus, para o reconhecimento da diversidade sociocultural brasileira, permitindo o resgate e a valorização dos patrimônios locais. Ressalta os acervos dos museus como ferramenta para a complementação do ensino formal observa que os museus investigados de acordo com os entrevistados na pesquisa – diretores, mediadores e professores - são espaços educativos por tratarem da diversidade cultural. Constata que grande parte dos professores de Arte e História utiliza as visitas aos museus para a complementação dos seus processos de ensino-aprendizagem. Verifica que mesmo os museus sendo espaços por essência educativos ainda são poucos os projetos e programas desenvolvidos por este.

**Palavras-chave:** Museu, Patrimônio Cultural, Educação, Arte, História

## **ABSTRACT**

A study of bibliographical and field research that aims to identify and analyze the educational character of the museums and cultural centers of the city of São Luís. It analyzes if the museums present educational projects directed to the school public. It reveals museums as spaces of non-formal education, based on educational theories and the very laws and directives that guide the institution. It demonstrates the relevance of the relationship between the teaching of Art and History together with the elements that make up the museums, for the recognition of the Brazilian sociocultural diversity, allowing the rescue and appreciation of local heritage. It emphasizes museum collections as a tool for completing formal education. It observes that the museums investigated according to those interviewed in the research - directors, mediators and teachers - are educational spaces because they deal with cultural diversity. He notes that most teachers of Art and History use visits to museums to complement their teaching-learning processes. It verifies that even the museums being spaces by educational essence are still few the projects and programs developed by this one.

**Keywords:** Museum, Cultural Heritage, Education, Art, History

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	7
<b>1. DIÁLOGO ENTRE MUSEU E ESCOLA</b> .....	10
1.1 Breve panorama dos museus.....	10
1.2 Museus no Brasil e sua concepção pública e educativa.....	16
1.3 Educação não formal na relação museu/escola.....	20
1.4 Questões acerca do patrimônio cultural e da metodologia da Educação Patrimonial.....	25
<b>2 EDUCAÇÃO, PATRIMÔNIO E MUSEU</b> .....	33
2.1 Museu e sua função educativa.....	33
2.2 Para uma ação transversal e interdisciplinar junto ao patrimônio.....	39
2.3 Abordando o Patrimônio Cultural no Ensino de Arte e História.....	46
<b>3 FUNÇÃO EDUCATIVA DOS MUSEUS: descrição e análise dos dados</b> .....	58
3.1 Entrevista com os diretores.....	58
3.2 Entrevista com os monitores.....	65
3.3 Entrevista com os professores.....	69
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	78
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	82
<b>APÊNDICES</b> .....	88

## INTRODUÇÃO

Diante do contexto histórico sociocultural atual que marca uma forte valorização da diversidade cultural, em especial pelos espaços escolares, que passam a incluir em seus currículos diálogos acerca da diversidade de culturas. E assim frequentar os museus para reforçarem as temáticas dos processos de ensino-aprendizagem, referente às informações de patrimônio, memória e história local.

Compreendendo que a proximidade da escola com o museu permeia a história e os processos de institucionalização. E reforçando que um dos principais públicos dos museus é representado pelo escolar, cabe aos espaços museais elaborarem e fortalecerem propostas educativas considerando o envolvimento dos educando com os bens culturais.

Considerando que as aprendizagens que envolvam as diversidades de expressões culturais e artísticas que compõem o país são apoiadas nos princípios da interdisciplinaridade e da transversalidade, pois investigar e avaliar criticamente manifestações populares, por exemplo, implica o estudo de questões sociais, geográficas, históricas, estéticas entre outras. Sendo que estas temáticas necessitam de uma visão mais ampla dos conteúdos, desconsiderando a percepção fragmentaria do conhecimento.

Neste sentido, o museu proporciona um espaço multidisciplinar, novas possibilidades e especificidades para a construção de uma prática pedagógica. E tendo o caráter da interdisciplinaridade e transversalidade que os conteúdos escolares podem assumir, reflexões que envolvam ações educativas nos museus para o público escolar precisam ser efetivadas e dialogadas.

A questão fundamental é, como transformar as diversidades de expressões culturais e artísticas em uso pedagógico? Como os patrimônios podem ser explorados de acordo com a realidade local? E quais as possibilidades pedagógicas os espaços museais apresentam?

Visando mostrar que as ações educativas nos museus proporcionam novos conhecimentos, apresentam-se os museus e centros de cultura como espaços que potencializam o trabalho com as questões das heranças culturais, diversidade, memória e patrimônio cultural.

Observando que, a escola como um espaço de evidências culturais, o processo educativo precisa promover o reconhecimento de identidades culturais com o intuito de

proporcionar uma apropriação de nossas tradições. À vista disso, o sentido de identidade enfatizado na pesquisa compreenderá o conjunto de manifestações tidas como heranças que advindas das gerações se manifestam através de seus patrimônios, tanto material quanto imaterial.

Além disso, o trabalho de pesquisa visa como relevante para o âmbito escolar permitir ir além do senso comum nos assuntos referentes ao patrimônio cultural, de maneira que as instituições escolares apresente e trate as características ligadas a conceitos de cultura e diversidade como fundamental para compreensão da realidade plural de um país como o Brasil. Considerando que existe no museu um potencial educativo, que está à disposição do público escolar, permitindo romper com hábitos arraigados na antiga tradição de que os espaços museais são apenas guardiões de coisas do passado, onde somente a observação era permitida e estimulada.

A realização deste trabalho consiste em duas etapas, pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. Sendo na primeira etapa iniciado o processo de levantamento de literatura e construção de referencial teórico, partindo de conceitos relacionados a área da educação, antropologia, cultura, simbolismo, patrimônio, arte e história. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (Arte, História e Pluralidade Cultural), as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) também foram utilizados.

Assim, o desenvolvimento do trabalho compreende o seguinte roteiro: Primeiramente abordam-se os diálogos entre museu e escola, conceituando as modalidades de educação, as questões que a escola e o museu tem a construir quanto ao assunto da diversidade cultural, problematizando como um dos processos educativos que deve ser investido. Evidenciando também a formação histórica dos museus, e a relevância da relação com a educação.

Em seguida buscou-se demonstrar a relação da educação, patrimônio e museu. Ressaltando o Museu e sua função educativa, as implicações que permeiam esta relação como a ação transversal e interdisciplinar junto ao patrimônio e a necessária abordagem do Patrimônio Cultural no Ensino de Arte e História.

Nesta linha apresenta-se também uma reflexão a respeito de metodologias que contribuem para a abordagem do patrimônio cultural na prática educativa e a complementação de tal abordagem junto às instituições museológicas. Destacando para a proposta transversal e interdisciplinar de ensino. Identificando e traçando um esboço das principais manifestações e patrimônio cultural local que podem ser aproveitadas como recurso educativo.

Por último serão apresentadas os resultados e as análises obtidas a partir da aplicação do questionário-entrevista junto aos diretores e mediadores das instituições museológicas. E também professores das disciplinas Arte e História de escolas públicas da cidade de São Luís.

## **1. DIÁLOGO ENTRE MUSEU E ESCOLA**

Ao tomar como recurso educativo as questões culturais, aproximamos a instituição escolar do museu, pois para o aprofundamento e o melhor tratamento com tais assuntos só uma instituição que trabalha a relação memória e identidade como essência permite tal abordagem. E priorizar a função educativa dos museus é permitir que este realize seu papel social.

Assim, ressalta-se o patrimônio cultural para o tratamento no processo educativo, considerando que os espaços formais necessitam de complementação e envolvimento com outros processos educacionais, como os não formais que possibilitam o diálogo com tais temáticas.

É a valorização dos processos educativos que invistam no despertar, aprender, conhecer novos interesses e atitudes, que as instituições museológicas, conseguem efetivar sua função educativa, atingindo a atenção e o imaginário para a alfabetização cultural de quem ali visita.

Neste sentido, procura-se dissertar como está função educativa pode ocorrer, diante da amplitude dos termos que envolvem os desdobramento da educação. Evidenciando as potencialidades e particularidades da educação em museus e a relação entre museu e escola. Com os delineamentos dos processos históricos que envolvem o conceito de museu, junto com a sua função educativa. Analisando as perspectivas teóricas da educação que influenciaram as ações educativas nestes espaços.

### **1.1 Breve panorama dos museus**

Para compreender melhor o objeto de estudo, é relevante demonstrar um breve histórico dos museus, e como este assumiu diferentes funções, desde prazer e curiosidade, até o de revelar e comprovar informações, tendo em cada contexto histórico a sua necessidade.

A concepção de museu, como conhecemos hoje, ocorreu a passos lentos com dificuldades de acesso do visitante. Embora observa-se que a necessidade de investigação e o

querer aprender impulsionaram a relação do público com os objetos e conseqüentemente a democratização das instituições culturais.

A origem etimológica do termo museu remonta a palavra Mouseion, da Grécia, mais especificamente em Atenas, no início do século III a.C, fundado por Ptolomeu Filodelfo. O Mouseion, conhecido como casa das musas, era uma mistura de templo e instituição de pesquisa e pode ser considerado como primeiras evidências de coleções em museus, funcionando como um culto em homenagem às musas, além de instituição de pesquisa, principalmente para o saber filosófico.

As obras de arte do Mouseion não tinham a função de serem contempladas pelo visitante, mas apenas agradar as divindades. Já no Egito com o museu de Alexandria, erguido por Ptolomeu Soter, 305 a 283 a.C, sendo organizado e financiado pelo Governo e diferente do Mouseion, propagava a pesquisa a investigação e a produção científica.

A origem do termo museu remonta à palavra grega mouseion, ou casa das musas, que na Antiguidade clássica era o local dedicado, sobretudo, ao saber e ao deleite da filosofia. As musas, na mitologia grega, eram as nove filhas que Zeus, a maior divindade do panteão religioso grego, gerara com Mnemosine, deusa da memória. As musas possuíam criatividade e grande memória, além de serem dançarinas, poetisas e narradoras que ajudavam os homens a esquecer a ansiedade e a tristeza cotidianas. Nesse sentido, as obras de arte expostas no mouseion tinham mais a intenção de agradar às divindades que propriamente serem abertas à contemplação e admiração de possíveis visitantes. (VASCONCELLOS, 2006, p. 14)

Na Idade Média os museus reproduziam a estética aprovada pela Igreja e propagavam a religião cristã, sendo está receptora de doações eclesiásticas, famílias abastadas da época e de patrimônio de príncipes. Além da Igreja, a aristocracia também é responsável pela organização das coleções. Ressaltando que as coleções eram assim as manifestações dos lugares sociais.

Na Renascença se propagavam os gabinetes de curiosidades, devido às descobertas do Novo Mundo, organizados por grupos expressivos da população que possuíam o monopólio do conhecimento criaram locais para suas coleções, como as bibliotecas e gabinetes. No qual possuíam também, um laboratório de pesquisa, jardins botânicos, jardins zoológicos e

observatórios. E vão influenciar na concepção do que conhecemos hoje como museus de história natural.

Com o renascimento, os humanistas reúnem coleções profanas para as quais, pela primeira vez, construir-se-a um involucro. Organizadas em pequenos espaços privados, destinam-se ao estudo, meditação ou contemplação. Um exemplo disso são os famosos gabinetes de curiosidades, que reúnem objetos ou obras raras, animais, armas, camafeus, objetos exóticos trazidos por exploradores, monstros fabricados por charlatões, fósseis, minérios, múmias, retratos de homens célebres etc. (VASCONCELLOS, 2006, p. 17)

Com a Revolução Francesa desenvolve-se o sentimento nacionalista e este sentimento traz o objeto museal reconhecido como representante de identidade nacional, a partir do momento que se tem o interesse pelo passado e não mais por valores do Antigo Regime. Além de, segundo Vasconcellos (2006):

[...] somente após a Revolução Francesa de 1789 que se teve acesso definitivo às grandes coleções, tornando-as, portanto, públicas e passíveis de serem visitadas em diferentes museus. Com a ascensão da burguesia na Europa após a Revolução Francesa, uma nova concepção foi incorporada ao universo museal: a noção de patrimônio, pela qual os museus dos príncipes e dos reis passaram a ser museus das nações. A partir daí, as instituições museológicas refletiram, até hoje, seus padrões políticos, estéticos e de organização, trazendo para dentro delas os seus valores e as suas concepções de mundo. (VASCONCELLOS, 2006, p. 19)

Logo, os museus procuram tornar suas propostas acessíveis para o grande público e combinando com as questões educacionais, principalmente com a influência das ideias iluministas, pois “a filosofia iluminista apostava na questão educacional como a grande alavanca para levar as “luzes” aos povos que ainda viviam na “ignorância”, fruto dos entraves e do autoritarismo da nobreza e do absolutismo”. (VASCONCELLOS, 2006, p. 19)

A partir do momento que os museus se tornam instituições públicas, surgem os primeiros museus desta natureza, a exemplo o Ashmole Museum, na Inglaterra, em 1683, sendo o primeiro museu público do mundo. Entretanto o espaço continuou restrito à especialistas e estudantes universitários. Destaca-se que o Ashmole Museum nasceu a partir da doação da coleção de John Tradescant, feita por Elias Ashmole, à Universidade de Oxford.

Nesta sequência o Museu Du Louvre, o Museu dos Monumentos, o Museu de História Natural e o Museu de Artes e Ofícios nascem para aderir às propostas vigentes, como a abertura ao público. Sendo o Museu Du Louvre “inaugurado em 1792, a fim de educar a

nação francesa acerca dos valores do classicismo greco-romano e da herança contemporânea francesa.” (VASCONCELLOS, 2006, p. 19), E está concepção de museu evidência a relação com a educação não formal, já que as coleções estavam a serviço dos artistas e da educação do povo, caminhando também no sentido de reconhecer sua função educativa.

Por conseguinte ao longo do século XIX, nascem as primeiras instituições museais, trazendo referências do museu parisiense e muitos ainda vinculados às universidades.

É bom que seja mencionado que as galerias de arte encomendadas pelos monarcas, príncipes e papas para as suas residências acabaram dando origem aos museus de belas-artes, enquanto os gabinetes de curiosidades originariam os museus de história natural, e os gabinetes de antiguidades, os museus de arqueologia. (VASCONCELLOS, 2006, p. 17)

E é no advento da Idade Moderna e com as viagens para o Novo Mundo e Oriente, que os europeus iniciam coleções de objetos do mundo natural e produzidos pelos seres humanos para fins de estudos. À vista disso as coleções eram organizadas frequentemente dentro das casas dos estudiosos e colecionadores. Sendo que as exposições expostas variavam de acordo com cada proprietário.

A França caracteriza bem esse momento de estabelecer a proteção do patrimônio cultural e desenvolver a educação do público, com o estudo do objeto e seu contexto não mais apenas para a contemplação. Para tal, em 1881 é citado em uma circular ministerial que, “a reorganização do Museu é o resultado da organização da escola”. Têm-se três vertentes que se popularizam na formação dos museus, são eles: “a industrial, ligada ao técnico e científico; a etnográfica, voltada para a preservação de comunidades populares; e o templo das artes, ligado ao engrandecimento da nação”, que não se restringiu apenas à Europa.

Nesta sequência, aconteceu no final do século XIX, “a era dos museus”, direcionavam-se museus na área da pré-história, arqueologia e etnologia. Assim nos primeiros anos do século XX, a ideia de museu enquanto instituição voltada para a “educação do povo” já era uma realidade. “A época despontava para as relações sociais envolvidas e reveladas pela análise do objeto e seu contexto. Assim, o objeto da coleção não deveria ser mais visto como o objeto pelo objeto”. (VALENTE, 1995, p. 30)

Com a Revolução Industrial, o discurso de exaltação ao conhecimento técnico e científico e à modernidade ficou evidente. Onde a educação é voltada para assuntos ligados ao trabalho nas fábricas. E junto das ideias iluministas e da Revolução Francesa vão marcar um novo pensar, nas noções de progresso, desenvolvimento científico e a busca do bem estar que vão se reproduzir também nos museus.

O museu passou a ampliar o espaço público para a experimentação e a explorar temáticas diversas. O esforço pela democratização, com a participação de um público cada vez mais numeroso, e o favorecimento do conhecimento pelo uso de métodos dinâmicos e populares, que contavam com a participação mais direta do público, passaram a ser as características dos museus de ciência e tecnologia que iriam proliferar durante todo o século XX. (VALENTE, 1995, p. 33)

Para tanto, tais discussões acerca da democratização do museu, a preocupação com as questões educativas e guardião do patrimônio cultural vai ser ressaltado a partir das discussões trazidas pelo Modernismo. No qual vão ser apresentadas os museus de arte moderna, com experiências de arte/educação realizadas no Museu de Arte Moderna de Nova York (MoMA)

Em vista disso, o museu vai se apresentar como guardião do patrimônio público e da afirmação da nacionalidade, que assim como as escolas propaga conhecimento. Sendo a sua função educativa reconhecida e estimulada, para o enriquecimento cultural de todos que ali visitam, “um lugar de reflexão crítica para todos, proporcionando-lhes conhecimentos que não podem ser adquiridos no exterior – nem no cinema, nem na televisão. Nem sequer na escola” (DESAVALLES, 2001, p. 3)

Com a democratização dos espaços museais e a exploração de temáticas diversas, o papel educativo se efetiva com a criação de museus interativos que permitem a interação do público com a exposição. É o caso dos museus de ciências, como o Deutsches Museum, fundado na Alemanha e também o Palais de La Decouverte, fundado em 1935, em Paris, voltados para a democratização da ciência, foram o ponto de partida para os museus interativos.

Assim, com a abertura do museu a todo o grande público e a criação de várias categorias e com variados propósitos se consolida a preocupação com a função educativa deste e com a nova museologia, como trata Valente (1995, p. 34):

Os museus do século XX abriram suas portas com o universo das coleções ampliando e tratado por uma museografia nova, que teve uma de suas raízes na Escandinávia. Foi lá que primeiro foram estimuladas, pela vontade de afirmação nacional, as pesquisas etnográficas, encorajando a conservação dos testemunhos materiais da tradição popular e, conseqüentemente, abrindo a diversificação de valores. Não era apenas o belo (clássico) que deveria ser conservado, mas também o popular. ((VALENTE, 1995, p. 34)

Nas primeiras décadas do século XX, já se tem o museu como um sistema de comunicação, que conserva o passado e que se preocupa com o avanço social. Neste sentido nascem órgãos incentivadores de ações em diversos níveis para os museus. Surge, assim o Icom (Comitê Internacional de Museus), criado em 1947 por profissionais de museus, reunidos em Paris. O Icom recebeu o apoio da Unesco e foi desenvolvido com o intuito de impulsionar o conhecimento na área da museologia.

A Conferencia de Grenoble, em 1971, a Mesa Redonda do Chile, de 1972, as Declarações de Quebec e Oxatepec, de 1984, foram iniciativas para acentuar o papel social e educativo dos museus, com o apoio da Unesco e do Icom.

Para tanto, uma nova modalidade de museu se fortalece com o apoio social e do meio ambiente, que participam de sua concepção e desenvolvimento. É o “ecomuseu” que aumenta a partir dos anos 70, iniciado na França, e apresenta uma conjuntura que une um acervo eco-cultural que tenha relações com ecossistemas.

São dois os pilares em que se fundamentam os ecomuseus: o desenvolvimento das comunidades e a pedagogia que se apóia em um patrimônio e em agentes que pertecem a essa mesma comunidade. Os ecomuseus nascem, portanto, da participação da comunidade, que deve ser entidade mais representativa na defesa de seus interesses e de seu patrimônio global. (VASCONCELLOS, 2006, p. 26)

“Os museus chegam as primeiras décadas do século XX renovados por coleções e propostas mais adequadas ao público, ampliando o interesse e visando à maior aproximação com o leigo” À vista disso, a democratização do conhecimento por esses espaço vai proporcionar a grande procura do museu como complemento da educação formal. E assim

efetiva o seu papel social e educativo, tornando-se também interdisciplinar para atender ao meio natural e o patrimônio cultural, por exemplo.

Neste sentido, levando em conta que a trajetória das instituições museológicas que não é linear, considera-se a conservação, a pesquisa, a documentação e a educação como ações para preservar a identidade destas instituições. Sabendo que o significado do acervo se apresenta de acordo com as demandas do seu tempo, atendendo às complexas transformações do mundo, ao afirmar a sua função educativa estas instituições alcançam o seu caráter público e de essenciais na formação da identidade de uma nação.

## **1.2 Museu no Brasil e sua concepção pública e educativa**

Com o capítulo anterior foi possível entender como ocorreu a abertura do acervo ao público e que foi a relação do público com este acervo que possibilitou esta dinâmica, no sentido de procurar informações, comprovar dados, conhecer, entender e revelar um universo repleto de saber.

Estudiosos como Cameron, canadense que lutava pela democratização das instituições culturais e Schoten, educador holandês do Centro de Formação Superior em Museologia dos Países Baixos, partilham da ideia de que o museu, como meio de comunicação, precisa ser útil ao público, tornando possível o encontro não-verbal entre o sujeito e os objetos. Assim a necessidade de atender a interação do público com objeto aproxima-se da função educativa.

Nesta perspectiva tem-se o objeto exposto carregado de significados e o público responsável pela interpretação dos temas explorados pelas instituições museológicas. Pois o museu é considerado como um sistema de informação, que enriquece culturalmente os interesses do público.

Neste sentido cabe ressaltar como a abertura do museu ao grande público e a sua função educativa vão influenciar na elaboração e organização das instituições museais brasileiras.

Com a concepção pública e educativa valorizada, os museus se tornam espaços para o aprendizado não formal, democratizando o conhecimento. Sendo aproveitados como atividades de complementação da escola, “o que já se realizava nos Estados Unidos e na Europa, principalmente pelos museus de história natural e de ciências e tecnologia. No Brasil,

o Museu Nacional já realizava atividades complementares à escola desde 1919”. (VALENTE, 1995, p. 37)

No Brasil, ainda no século XIX, têm-se a criação do Museu Real em 1818, no Rio de Janeiro, pelo rei D. João VI, voltado à história natural e hoje o conhecido Museu Nacional. E já no século XX surge o Museu Histórico Nacional, criado em 1922, com acervo acerca do objetos históricos da nação.

No Brasil, os mais antigos museus foram os da Escola Nacional de Belas-Artes do Rio de Janeiro (que surgiu em 1815 como Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios) e o museu Nacional do Rio de Janeiro, criado em 1818 como Museu Real, ambas iniciativas de D. João VI. (VASCONCELLOS, 2006, p. 22)

E estas atividades proporcionam a dinamização do museu, com eventos isolados, como palestras e atividades sociais. Assim em 1958, o “Seminário do Rio” realizado pela Unesco procurava discutir e estimular o papel educativo dos museus.

E outras iniciativas foram realizadas para discutir, renovar e estimular novas perspectivas para os espaços museias, entre elas temos, os Seminários Trienais de Museus de 1987 e 1990, realizados no Rio de Janeiro, o Seminário Museus do Nordeste, realizado na Bahia em 1992, os encontros do Comitê para a Ação Educativa e Cultural do Ceca, no Rio de Janeiro, em maio de 1993 e o Encontro de Petrópolis, em maio de 1995, entre outros.

Estas iniciativas no Brasil facilitaram que as instituições museais sejam espaços para difusão do conhecimento, devido ao surgimento de iniciativas como a profissionalização dos museus e o surgimento das novas tendências museológicas.

Para tanto, é na segunda metade do século XX, que “os museus passaram a operar mudanças no interior de suas próprias instituições, em um movimento que buscava assumir uma nova função social e educacional.” (VASCONCELLOS, 2006, p. 50)

É com a criação do Museu Histórico Nacional no Rio de Janeiro, que o “o acervo deixava de ser constituído por elementos da natureza e passava a ser de objetos que representassem a história da nação” (SANTOS, 2004, p. 56)

Como forma de reconstruir a identidade da nação, situação ocasionada pela globalização e demais contextos da contemporaneidade. Procura-se o resgate da cultura como ferramenta de construção identitária, conseqüentemente a conservação da cultura popular

dentro das instituições museais. Nesta perspectiva acentuam-se os discursos sobre multiculturalismo e diversidade sociocultural, após os anos de 1980, tendo nos objetos de caráter nacional uma certa demanda pedagógica pois viabilizava uma educação para a cidadania

Encontrando nos museus a busca pela manutenção das referências culturais locais, possibilitando a criação de “lugares de memória”, buscando privilegiar e valorizar o passado, como esclarece Silva:

Poderíamos compreender o boom dos museus na década de 1980 tanto a partir de um processo de comercialização das narrativas e dos elementos simbólicos preservados pelos museus, que passaram a captar grandes investimentos e atrair um número considerável de visitantes, como a partir do fortalecimento de demandas específicas e locais, que diversificaram uma memória anteriormente calcada em narrativas nacionalistas autoritárias (SANTOS, 2004, p. 59)

Assim as instituições museológicas passam a afirmar-se como ambientes que exploram práticas de pertencimento, cidadania e preservação das heranças culturais, oportunizando a transformação social através de experiências estéticas com o patrimônio cultural.

E junto com as iniciativas em prol das particularidades do museu, entre elas a aprendizagem, a concepção de museu como lugar que preserva o patrimônio cultural vai se enfatizar com Mario de Andrade, responsável pela criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, autarquia criada em 1937 e vinculada ao Ministério da Cultura, que estima pela preservação e divulgação do patrimônio material e imaterial do país, retratou da importância da educação na preservação do Patrimônio Cultural.

Desde a sua criação, em 1937, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN manifestou em documentos, iniciativas e projetos a importância da realização de ações educativas como estratégia de proteção e preservação do patrimônio sob sua responsabilidade, instaurando um campo de discussões teóricas, e conceituais e metodologias de atuação que se encontram na base das atuais políticas públicas de Estado na área. (BRASIL, 2014, p. 05)

Sendo que “Mário de Andrade apontava para a relevância do caráter pedagógico estratégico dos museus e das imagens”. (BRASIL, 2014). Abordando também a necessidade do desenvolvimento da função educativa dos museus, fundamentado nas questões de

“valorização da diversidade regional e dos riscos da homogeneização e perda da identidade cultural da nação”. (BRASIL, 2014). Assim, evidencia:

[...] a criação de uma “Seção dos Museus”, que ficaria encarregada de organizar os museus nacionais pertencentes ao SPHAN, promover exposições em nível regional e federal e articular-se com congêneres regionais. Em sua concepção, os museus municipais deveriam ser ecléticos, com acervos heterogêneos, e os critérios de seleção das peças ditados pelo valor que representam para a comunidade local. (BRASIL, 2014, p. 05)

À vista disso, aumentam-se os diálogos acerca das instituições museais como espaços de fortalecimento da memória da sociedade, através das diversas exposições que tratem das manifestações culturais. Sendo que Rodrigo Melo Franco de Andrade, dirigente do IPHAN, também apontou, para a importância da educação na preservação do Patrimônio Cultural, narrou:

Em verdade, só há um meio eficaz de assegurar a defesa permanente do patrimônio de arte e de história do país: é o da educação popular. Ter-se-á de organizar e manter uma campanha ingente visando a fazer o povo brasileiro compenetrar-se do valor inestimável dos monumentos que ficaram do passado. Se não se custou muito a persuadir nossos concidadãos de que o petróleo do país é nosso, incutir-lhes a convicção de que o patrimônio histórico e artístico do Brasil é também deles, ou nosso, será certamente praticável (MINISTÉRIO DA CULTURA, 1987, p. 64, apud OLIVEIRA, 2011, p. 32).

Desta maneira, a partir do século XX, os acervos museológicos começam a se diversificar e estimular não só aspectos da cultura erudita. E assim temos o surgimento dos museus populares, que irão proporcionar o contato tanto com patrimônio material quanto o imaterial. Já que “surgiram também os museus populares, de caráter antropológico, abrigando artefatos das classes menos nobres, como o Cafua das Mercês na capital maranhense, fundada em 1975, que retrata a cultura negra” (ARAÚJO JÚNIOR, 2011).

Neste sentido, outras vertentes museológica que se utilizam do patrimônio cultural material e imaterial como ferramenta de interação vão se perpetuando como espaços de aprendizagem também. Entre elas temos: os Museus de antropologia: incluindo os museus de arqueologia, etnologia, e etnografia; os centros de ciência e planetários; as Casas de cultura

que divulgam diversas atividades e manifestações artístico-culturais, além de promover oficinas e cursos; e as galerias que expõem e às vezes vendem obras de arte.

Outra vertente que se desenvolveu, em virtude das mudanças causadas pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). É o museu virtual que permite a utilização via internet de um acervo estabelecendo um diálogo interativo com o patrimônio.

Para tanto na contemporaneidade, a busca pelos recursos de interação e ações educativas nos museus, tendo os desafios ligados às questões de diferença e identidade cultural, a política dos museus dá ênfase à necessidade de manter, ampliar e dar acesso a novos públicos, entre estes, o escolar, que sempre esteve presente na rotina do universo museológico. Por isso integrar e buscar planejamentos na área educativa já se tornou uma discussão e pauta dessas instituições.

### **1.3 Educação não formal na relação museu/escola**

Para situar o objeto de estudo cabe conceituar a educação e suas modalidades, apresentando teóricos que tratam do tema. Trazendo também os museus como espaço de preservação da memória e identidade de um povo, e o seu caráter educativo.

A educação acontece em todos os lugares e a todo o momento. Representa a instrução e o que pode ser feito para desenvolver o ser humano, para o desenvolvimento pleno de suas faculdades físicas, mentais e intelectuais. O fato é que a educação não ocorre apenas nas escolas, possuindo uma dimensão maior que apenas a sistemática e gradual.

Diante da amplitude do termo, a educação brasileira estabelece, também, desenvolver o educando, com a participação do Estado, da família e da sociedade e a qualificação para o trabalho, normatiza o artigo 205 da Constituição Federal:

a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL,1988)

Para tanto, com a colaboração da sociedade, a educação se efetiva e assim dá margem para processos de ensino e aprendizagem fora do âmbito escolar também. Diante desta amplitude temos as modalidades de educação (informal, formal e não formal), de acordo com os espaços e as formas que ela se desenvolve, alcançando o preparo do indivíduo para o exercício da cidadania.

Neste sentido a Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, esclarece que a educação pode acontecer em outros ambientes fora da escola:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996)

Representando, temos a educação apresentada em diversos espaços e contextos e entre os ambientes relevantes no processo educativo e que podem ser explorados na complementação da educação formal temos: centros de pesquisa, reservas naturais, museus, centros de ciências, feiras, parques, entre outros ambientes urbanos, rurais e naturais. Assim, Gohn afirma:

Os espaços onde se desenvolvem ou se exercitam as atividades da educação não-formal são múltiplos, a saber: no bairro-associação, nas organizações que estruturam e coordenam os movimentos sociais, nas igrejas, nos sindicatos e nos partidos políticos, nas Organizações Não-governamentais, nos espaços culturais, e nas próprias escolas, nos espaços interativos dessas com a comunidade educativa etc. (GOHN, 2005, p.101)

Nesta concepção encontramos as modalidades de educação que são as terminologias formal, não formal e informal, de origem anglo-saxônica, que foram introduzidas a partir dos anos de 1960 no Brasil. Entretanto apenas na década de 80 que a educação não formal se fortalece no Brasil, enquanto a educação formal sempre foi uma exigência para a formação do indivíduo desde o período colonial, com a catequização dos indígenas, por exemplo.

Na atualidade, a educação formal é regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, compreendendo desde a educação infantil até o ensino superior. Tornando-a um processo institucionalizado, hierarquicamente estruturado, com objetivos pré-estabelecidos sendo representado pelas escolas e universidades, com o currículo como referência. Sendo estruturada pelo Ministério da Educação, pelas Secretarias de Estado da Educação e Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais de Educação.

Já a educação informal apresenta “processos de aquisição de conhecimentos, experiências, ideias, valores, práticas, que não estão ligados especificamente a uma instituição e nem são intencionais e conscientes” (LIBÂNEO, p. 17, 1994). Entendemos que as

aprendizagens informais acontecem então no cotidiano das pessoas em seus ambientes familiares, profissionais, de lazer e entretenimento, entre outros.

No entanto temos a educação não formal caracterizando-se como educação que ocorram à margem das escolas, mas que reforçavam a aprendizagem escolar, acontecendo nas bibliotecas, no cinema, no esporte, na arte, com uma fundamentação mais lúdica, cultural e artística.

A educação não formal engloba saberes e aprendizados gerados ao longo da vida, de forma individual ou coletiva - a exemplo de experiências via a participação social, cultural, ou política em determinados processos de aprendizagem, tais como em projetos sociais, movimentos sociais, programas de formação sobre direitos humanos, cidadania, práticas identitárias, lutas contra desigualdades e exclusões sociais etc. Elas estão no centro das atividades das ONGS nos programas de inclusão social, especialmente no campo das artes, educação e cultura. (GOHN, 2015, p. 16 e 17)

Vale enfatizar que na educação formal os conteúdos são demarcados A educação formal e a não formal propõe um aprendizado com intencionalidades e propostas, porém a não formal constantemente trabalha a favor da cidadania e da inclusão social e na maioria das vezes é mais flexível que a formal.

E está efetivação da cidadania e da inclusão social se direciona para a construção de um país democrático, levando os alunos a pensar para além do cotidiano, conseqüentemente as aprendizagens acontecem a todo momento como especifica Gohn:

a educação propriamente dita é um conjunto, uma somatória que inclui a articulação entre educação formal, aquela recebida na escola, regulamentada e normatizada por leis, via um conjunto de práticas que se organizam em matérias e disciplinas; a educação informal, aquela que os indivíduos assimilam pela família, pelo local onde nascem, religião que professam ou por meio do pertencimento a uma região, território e classe social da família; e a educação não formal que tem um campo próprio, embora possa se articular com as duas anteriores.(GOHN, 2015, p. 18)

Neste sentido como os processos educativos são distintos das atividades e experiências que ocorrem nas escolas, a educação não formal pode representar diversas dimensões, como já mencionado. Entre essas encontramos assim a experiência museal, como uma experiência educacional e de vida sem a exigência formal, mas com organização, planejamento e conteúdo, proporcionando uma relação interdisciplinar que pode vir enriquecer a formal.

A educação não-formal designa um processo com quatro campos ou dimensões, que correspondem a suas áreas de abrangência. O primeiro envolve a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos, isto é, o processo que gera a conscientização dos indivíduos para a compreensão de seus interesses e do meio social e da natureza que o cerca, por meio da participação em atividades grupais. [...] O quarto, e não menos importante, é a aprendizagem dos conteúdos da escolarização formal, escolar, em formas e espaços diferenciados. (GOHN, 2005, p.98 e 99)

E a complementação entre as tipologias de educação apresentam alguns objetivos próximos, como a formação de um cidadão pleno, mas todas possuem especificidades no que diz respeito aos seus objetivos e práticas. A educação formal e não formal se diferenciam pelo seu caráter intencional e sistemático o que já não acontece com a educação informal, que pode ser mais espontânea, já que se efetiva no cotidiano das pessoas.

No mundo atual em que se busca resultados, novidades e saberes a todo custo, a construção de conhecimento de acordo com a realidade, interesse e experiência do aluno reforça que somente a escola não pode arcar com a educação, deve-se aprender a aprender. E vários ambientes possibilitam novas experiências e aprendizagens. “O novo modelo exige mais que valores, é preciso adotar práticas ativas, construtivas. Não basta ficar lendo eternamente sobre as obras de arte, é preciso vê-las, contemplá-las.” (GOHN, p 21 E 22, 2015)

O grande destaque que a educação não formal passou a ter nos anos 90 decorre das mudanças na economia, na sociedade e no mundo do trabalho. Passou-se a valorizar os processos de aprendizagem em grupo e a dar-se grande importância aos valores culturais que articulam as ações dos indivíduos. Passou-se ainda a falar de uma nova cultura organizacional que, em geral, exige a aprendizagem de habilidades extraescolares. (GOHN, 2005, p.92)

Diante disso, há a necessidade dos alunos se relacionarem com temas e conhecimentos desta natureza. Entretanto não cabe à educação não formal tomar para si a responsabilidade de ‘salvação’ da escola, mas sim caminhar junto com as outras formas de educação, não deixando de lado que é mais difusa menos hierárquica e menos burocrática. E uma ferramenta fundamental na formação de um cidadão crítico e reflexivo.

Não dá para dizer que a educação crie a cidadania de quem quer que seja. Mas, sem a educação, é difícil construir a cidadania. A cidadania se cria com uma presença ativa, crítica, decidida, de todos nós com relação à coisa pública. Isso é difícil, mas é possível. A educação não é a chave para a transformação, mas é indispensável. A educação sozinha não faz, mas sem ela também não é feita a cidadania. (FREIRE, p.74, 1995)

Como o contexto atual apresenta uma demanda por novas práticas pedagógicas que possibilitem a formação de cidadãos livres, emancipados, críticos e transformadores de seu contexto, para assim ter instrumentos para que saibam interpretar o mundo. Encontramos assim os espaços museais como alternativas enriquecedoras para a conscientização e formação do sujeito, trazendo questões acerca de seu contexto sócio histórico, cultural, para o entendimento acerca de temas como liberdade, igualdade e democracia.

A nova escola deve reconhecer a existência de demandas individuais e coletivas, orientar-se para a liberdade do sujeito pessoal, para a comunicação intercultural e para a gestão democrática da sociedade e suas mudanças. Deve aumentar a capacidade dos indivíduos de ser sujeitos, de compreender o outro em sua cultura. Para tanto, essa escola deve se estruturar a partir de alguns princípios, como: unir motivações, objetivos estratégicos e memória cultural para participar do mundo técnico e mercantil; atribuir importância central à diversidade (histórica e cultural) ao reconhecimento do outro e a todas as formas de comunicação intercultural; ter a vontade de corrigir a desigualdade das situações e das oportunidades. (GOHN, 2005, p.108)

A ação educativa que acontece no espaço museal requer planejamento, metodologias e estratégias, de ação interdisciplinar, para que o visitante potencialize a experiência e vá além da exposição, a partir do momento que a informação adquirida pode ser ressignificada, ampliada e dinamizada no seu contexto cotidiano.

O ideal é que a educação não formal seja complementar, não no sentido de fazer o que a escola deveria fazer e não o faz. Complementar no sentido de desenvolver os campos de aprendizagens e saberes que lhes são específicos. Pode e deveria atuar em conjunto com a escola. (GOHN, 2010, p. 40 e 41)

Os espaços não formais de educação são muito diversificados. Dentre estes, o museu, já que, atuando no processo educacional através do objeto patrimonial, compartilha experiência e produz conhecimento para reflexão, possibilitando processos de inclusão social por meio do resgate da riqueza cultural dos indivíduos. Cooperando para a formação do

indivíduo, que aprende a partir do momento que entra em contato com as informações expostas sem a preocupação em atender a uma exigência formal.

#### **1.4 Questões acerca do patrimônio cultural e da metodologia da Educação Patrimonial**

Para um melhor esclarecimento dos termos ligados a questão do patrimônio tão utilizados na presente pesquisa, procura-se definir as demandas em torno do termo patrimônio cultural, pois ao mencionar termos como cultura popular, manifestações culturais e bens culturais remete-se de modo geral à abrangência da nomenclatura patrimônio. Onde se faz necessário um esboço buscando entender o seu significado e a sua abrangência.

Dado que, entender as interpretações e leituras em torno dos elementos que compõem o patrimônio é fundamental para o seu tratamento tanto no ensino formal quanto no não formal, a fim de se ter fundamento e referência para a prática, com o propósito de efetivar as oportunidades educativas.

Diante disso, temos a noção de patrimônio, segundo o dicionário, ligada à herança paterna, bens transmitidos de pai para filho. Em que, os elementos ligados à história e à memória de um povo compõem uma herança cultural. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco):

O patrimônio cultural de um povo compreende as obras de seus artistas, arquitetos, músicos, escritores e sábios, assim como as criações anônimas, surgidas da alma popular, e no conjunto de valores que dão sentido à vida, quer dizer, as obras materiais e não materiais que expressam a criatividade desse povo: a língua, os ritos, as crenças, os lugares e monumentos históricos, a literatura, as obras de artes e os arquivos e bibliotecas. (DECLARAÇÃO DO MÉXICO, 1997, p.01)

Para tal, o patrimônio abrange um conjunto de bens materiais e imateriais, herdados de nossos ancestrais, e que devem ser transmitidos às novas gerações. Assim o patrimônio não compreende apenas elementos do passado mas conta também com elementos atuais que remetem à nossa identidade.

Sendo assim, consideramos como patrimônio cultural um conjunto de objetos materiais e imateriais, com relevância histórica e cultural para uma localidade e consequentemente identificando está região, tornando este o patrimônio de uma coletividade. Entre os bens patrimoniais temos: os conjuntos urbanos com sua história e ruínas materiais,

ou melhor, o patrimônio histórico. Nos imateriais, temos a literatura, a linguagem, a música, as tradições, os artesanatos, as obras de artes, a gastronomia, as manifestações religiosas e os costumes. Como disserta a definição legal presente no Art. 216 da Constituição Federal Brasileira:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988)

Neste sentido, possuímos a palavra patrimônio mais abrangente e fazendo referência não apenas ao que é tangível, mas englobando também as expressões, conhecimentos e técnicas. Considerando também as palavras do ex-ministro da Cultura, Gilberto Gil:

[...] pensar em patrimônio agora é pensar com transcendência, além das paredes, além dos quintais, além das fronteiras. É incluir as gentes. Os costumes, os sabores, os saberes. Não mais somente as edificações históricas, os sítios de pedra e cal. Patrimônio também é o suor, o sonho, o som, a dança, o jeito, a ginga, a energia vital, e todas as formas de espiritualidade de nossa gente. O intangível, o imaterial. (IPHAN, 2008)

Vale ressaltar que é na Constituição brasileira de 1988 que o termo patrimônio cultural vai se consolidar pois antes era conhecido como Patrimônio Histórico e Artístico. A constituição cria também novas formas de proteção como o inventário, o registro, a vigilância, e possibilita a criação, pelo Poder Público, de novos modos de proteção. E deixa de considerar somente os bens tombados como parte do patrimônio cultural, integrando também os bens independente do tombamento. Sendo o tombamento definido como:

Um ato administrativo realizado pelo Poder Público com o objetivo de preservar, por intermédio da aplicação de legislação específica, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados. (IPHAN, 2007)

Dessa forma a noção de patrimônio cultural prevalece como um instrumento de reconhecimento da diversidade cultural que possui certa região. Permitindo um vínculo do presente com o passado, favorecendo o entendimento entre os povos, já que configura-se num

processo de inúmeras expressões que vão desde os costumes, mitos, crenças a festejos religiosos. E para assegurar esse legado às gerações vindouras, alternativas e discursos de preservação são implantadas e defendidas, tendo no tombamento um instrumento mais regularmente utilizado pelo Poder Público para a preservação deste patrimônio.

Destaca-se a cidade de São Luís que tem o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, no ano de 1997, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), devido possuir exemplares da arquitetura portuguesa com casarões coloniais dos séculos XVIII e XIX.

A área tombada pela Unesco tem 60 hectares e é o núcleo mais antigo da expansão urbana de São Luís. A planta foi projetada em 1615 pelo engenheiro Francisco de Frias Mesquita. Na década de 80, o governo maranhense reformou cerca de 200 casarões no bairro Praia Grande, no chamado Projeto Reviver. (AGÊNCIA FOLHA, 1997)

Segundo Silva (2003) a cidade conquistou o título por:

[...] representar uma construção arquitetônica única portuguesa do período colonial pela generosidade dos materiais empregados nas construções e pela utilização de materiais únicos, não encontrados em outras construções brasileiras daquele período, como os azulejos refinados utilizados na decoração e na proteção térmica. (SILVA, 203, p. 105)

Podemos explicar, que as instituições museológicas da cidade de São Luís como representações do patrimônio material, abriga uma grande quantidade de acervo etnográfico, pois as manifestações populares são de grande abrangência nestes ambientes, como podemos citar a Festa do Divino Espírito Santo, o Bumba meu boi e o Tambor-de-Criola. De acordo com o Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, que em seu artigo 1º tem:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (BRASIL, 1937, não paginado)

Para tanto, têm-se os museus como espaços destinados a preservação do patrimônio cultural material e imaterial, fortalecendo a memória da comunidade local, porém estas relações junto às formas de preservação do patrimônio, são focos de medidas que complementam a ação junto à população, visto que os órgãos públicos não conseguem e não devem trabalhar sozinhos em favor da preservação e reconhecimento do patrimônio.

Desse modo, encontramos entre os discursos de preservação do patrimônio cultural, um diálogo com o foco na natureza processual das ações educativas, mais especificamente a expressão “Educação Patrimonial”, que é pensada como ação educativa no campo das políticas públicas para a utilização do bem cultural no sentido de ir muito além do acervo e das construções. Tendo a expressão surgido a partir no Brasil em 1983, de acordo com o IPHAN:

No 1º Seminário sobre o Uso Educacional de Museus e Monumentos, realizado no Museu Imperial de Petrópolis-RJ, ocorre em 1983 a introdução no Brasil da expressão Educação Patrimonial como uma metodologia inspirada no modelo da heritage education, desenvolvido na Inglaterra. (BRASIL, 2014, p. 13)

Com a finalidade de inserir a sociedade aos bens que lhe pertencem, e ter o “Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo”. Um grupo de pesquisadoras desenvolvem uma metodologia que estabelece o diálogo entre os bens culturais e os sujeitos. Como o IPHAN contextualiza:

Em 1996, Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriana Queiroz Monteiro lançaram o Guia Básico de Educação Patrimonial, que se tornou o principal material de apoio para ações educativas realizadas pelo IPHAN durante a década passada. Publicação pioneira na área, seu conteúdo resultou da sistematização dos fundamentos conceituais e práticos de uma série de capacitações itinerantes realizadas pelas autoras, preferencialmente, com técnicos das superintendências do IPHAN, professores e alunos da rede formal de ensino e agentes comunitários, na segunda metade dos anos 1980 e 1990, em diversos contextos e diferentes localidades do país. (BRASIL, 2014, p. 15)

Desta maneira, Horta, Grunberg e Monteiro (1999, p. 11) sugerem a aplicação de quatro etapas metodológicas que facilitarão a explorar o bem cultural, compreendendo seu conteúdo histórico, social e mais precisamente, artístico, estimulando ideias críticas reflexivas, junto de relações, para a criação de um elo dos educando com os seus patrimônios. Assim sendo, as etapas desse roteiro metodológico são:

A **Observação** que propõe exercícios de percepção visual/sensorial através do estímulo dos sentidos: a visão, o olfato, o paladar, a audição e o tato. Assim, trazer indagações acerca do objeto cultural, para a compreensão da sua função e significado. Já a etapa do **Registro** se apresenta como a descrição do que foi experimentado e observado, com elaboração crítica por meio de “desenhos, descrição verbal ou escrita, gráficos, fotografias, maquetes, mapas e plantas baixas”.

Na etapa de **Exploração** são desenvolvidas as interpretações com aprofundamento de forma a analisar, discutir, questionar e avaliar os significados encontrados acerca do objeto cultural. Onde a pesquisa é um meio para ampliar o conhecimento, podendo ser feita em fontes como bibliotecas, arquivos, instituições e jornais, por exemplo. Na fase de **Apropriação** proporciona o envolvimento afetivo do educando com o objeto cultural, viabilizando através da “recriação, releitura, dramatização, interpretação em diferentes meios de expressão como pintura, escultura, drama, dança, música, poesia, texto, filme, vídeo” os conhecimentos apreendidos. Para assim despertar no educando contextos de pertencimento, reconhecimento, valorização e preservação dos bens culturais.

Assim a Educação Patrimonial surge com o intuito de divulgar e valorizar os acervos presentes nos museus e nos espaços públicos, possibilitando aos sujeitos que tomem contato com os patrimônios de suas localidades. Criando-se um elo dos educando com os seus patrimônios, permitindo a análise de todas as evidências e manifestações da cultura, tangíveis e intangíveis, como ressalta as autoras:

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. (HORTA, GRUNBERG, MONTEIRO, 1999, p. 06)

A efetivação do patrimônio cultural como ferramenta de educação é uma das medidas desenvolvidas para a preservação e continuidade desta herança cultural. Entendendo a sala de aula como instrumento facilitador para assegurar o tratamento com o conhecimento em torno do patrimônio cultural local, a Educação Patrimonial mostra que essas temáticas desenvolvidas nas práticas pedagógicas tanto do ensino formal quanto do não formal, garante a contribuição da sociedade e não somente do poder público para a preservação da identidade e memória.

A partir disso, esta metodologia apresenta-se como prática para se explorar o patrimônio, de acordo com Horta (2006), ressalta que a Educação Patrimonial “é um instrumento de alfabetização cultural, que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo

que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido”

Nesta perspectiva, o autor Magalhães (2009, p. 02) menciona a existência de duas linhas de Educação Patrimonial: a Tradicional e a Transformadora. Conforme o autor, a linha tradicional, “ênfatisa a unicidade e homogeneização, não favorecendo uma multiplicidade de memórias, caracterizando-se como impositiva e obrigatória”. Enquanto a Educação Patrimonial Transformadora tem o “foco na apropriação e interpretação, geralmente conflituosa, favorecendo a diversidade de possibilidade de entendimento acerca do patrimônio”.

A educação tradicional, marcada por uma visão impositiva, visando atender interesses específicos, caracterizada pela universalização, integralização e unicidade do conhecimento; e a educação transformadora, de caráter libertador, visando a condição de sujeito autônomo, tendo como característica a contradição, a heterogeneidade e o conhecimento dialogado. (MAGALHÃES, 2009, p. 02)

Temos a Tradicional reforçando a não importância do pensamento crítico do sujeito e a supervalorização de determinado bem cultural colocado à sociedade por grupos dominantes. Em que a interpretação, a identidade e a coletividade não é considerada. E “há um esforço em demonstrar manifestações outras, como a religiosidade popular, as festas e ofícios presentes nestas comunidades, porém sem diálogo entre os personagens, ocultando os possíveis conflitos e contradições”.

Por outro lado, a Educação Patrimonial Transformadora é democrática, incentivando o olhar crítico e reflexivo, para ser um instrumento à memória e cidadania. Pois deve “valorizar as narrativas capazes de articular tensões entre o universal e o singular, o local”.

Diante das informações explanadas, visamos apresentar a Educação Patrimonial Transformadora como uma vertente metodológica relevante para a prática educativa, onde o diálogo seja priorizado, tornado acessível a leitura crítica dos bens culturais e o educando atuante no processo de ensino-aprendizagem.

Compreendendo que os encaminhamentos metodológicos e os referenciais teóricos específicos são base para a efetivação da prática pedagógica, o IPHAN tenta proporcionar através do Guia Básico de Educação Patrimonial ações que auxiliem no conhecimento referente ao Patrimônio Cultural. Assim, a metodologia apresentada no ano de 1999 pelo IPHAN se estrutura em quatro etapas: a observação; o registro; a exploração e a apropriação.

Assim sendo, as diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio. em 28 de abril de 2016, estabelece no Art. 3º:

I - Incentivar a participação social na formulação, implementação e execução das ações educativas, de modo a estimular o protagonismo dos diferentes grupos sociais; II - Integrar as práticas educativas ao cotidiano, associando os bens culturais aos espaços de vida das pessoas; III - valorizar o território como espaço educativo, passível de leituras e interpretações por meio de múltiplas estratégias educacionais; IV - Favorecer as relações de afetividade e estima inerentes à valorização e preservação do patrimônio cultural; V - Considerar que as práticas educativas e as políticas de preservação estão inseridas num campo de conflito e negociação entre diferentes segmentos, setores e grupos sociais; VI - Considerar a intersetorialidade das ações educativas, de modo a promover articulações das políticas de preservação e valorização do patrimônio cultural com as de cultura, turismo, meio ambiente, educação, saúde, desenvolvimento urbano e outras áreas correlatas; VII - incentivar a associação das políticas de patrimônio cultural às ações de sustentabilidade local, regional e nacional; VIII - considerar patrimônio cultural como tema transversal e interdisciplinar. (BRASIL, 2016, não paginado)

A condução destas práticas educativas trazem contribuições de valorização e continuidade do patrimônio cultural, incluindo as diversas manifestações que englobam o patrimônio cultural local, ressaltando as questões discutidas anteriormente no presente estudo. Pois como recurso educacional, a democratização com o tratamento do universo cultural é de suma importância para a efetivação do contato dos educandos com os elementos do patrimônio cultural. Como reforça Horta, Grunberg e Monteiro (1999, p. 06):

A metodologia específica da Educação Patrimonial pode ser aplicada a qualquer evidência material ou manifestação da cultura, seja um objeto ou conjunto de bens, um monumento ou um sítio histórico ou arqueológico, uma paisagem natural, um parque ou uma área de proteção ambiental, um centro histórico urbano ou uma comunidade da área rural, uma manifestação popular de caráter folclórico ou ritual, um processo de produção industrial ou artesanal, tecnologias e saberes populares, e qualquer outra expressão resultante da relação entre os indivíduos e seu meio ambiente. (HORTA, GRUNBERG, MONTEIRO, 1999, p. 06)

Para tanto, termos como tradição, preservação, identidade, educação e cidadania recentemente passaram a constituir elementos centrais dos discursos patrimoniais. Pois desenvolver ações educativas que envolvam o patrimônio junto à sociedade é estimular o uso

do bem cultural e do campo museológico como recursos educacionais com o objetivo de promover e valorizar este bem cultural em suas diversas modalidades.

Percebemos que com as iniciativas da criação do Guia Básico de Educação Patrimonial que os museus ressaltam desta maneira a preocupação com a demanda educativa e não apenas com a turística, ou melhor, não somente com a prática do lazer trazida com os processos de globalização mas também com a estrutura educacional que estas instituições proporcionam.

## 2 EDUCAÇÃO, PATRIMÔNIO E MUSEU

Voltando ao conceito de museu defendido pela UNESCO, ou ainda conforme a Mesa Redonda de Santiago do Chile (1972) “como instrumento de educação, intervenção social e de desenvolvimento das populações”, a educação através do objeto que possui o status de bem cultural concretiza a abordagem de afetar pensamentos, atitudes e percepção do mundo. Pois investir no museu como potencial pedagógico é contemplar uma experiência de apropriação das heranças culturais, sendo a valorização das heranças culturais como um requisito para a formação humana e relevante para as questões de cidadania.

Desta forma, procura-se com os próximos capítulos entender como se dá a função educativa e como transformar as diversidades de expressões culturais e artísticas em uso pedagógico. E quais as possibilidades pedagógicas os espaços museais apresentam. Visando mostrar que as ações educativas nos museus proporcionam novos conhecimentos, apresentando os museus de arte e centros de cultura como espaços que potencializam o trabalho com as questões das heranças culturais, diversidade, práticas culturais e patrimônio cultural.

### 2.1 Museu e sua função educativa

Sem deixar de considerar que, de acordo com o decorrer da história as funções dos museus que sempre persistiram foram: o preservar, o comunicar e o pesquisar, mas para esta pesquisa enfatiza-se os museus como espaços originalmente educacionais. Com base nessa afirmação pretende-se demonstrar como se estrutura o caráter educativo dos museus, especialmente através das práticas educativas realizadas, no qual se efetiva a sua função educativa.

Guiando-se acerca do termo educação, Libâneo define:

A educação é um conceito amplo que se refere ao processo de desenvolvimento unilateral da personalidade, envolvendo a formação de qualidades humanas – físicas, morais, intelectuais, estéticas – tendo em vista a orientação da atividade humana na sua relação com o meio social, num determinado contexto de relações sociais. (LIBÂNEO, 1994, p. 22)

Já no dicionário Aurélio da língua portuguesa, temos a definição:

Ato ou efeito de educar (-se). Processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral da criança e do ser humano em geral, visando à sua melhor integração individual e social. Os conhecimentos ou as aptidões resultantes de tal processo; preparo. Nível ou tipo de ensino. Aperfeiçoamento integral de todas as faculdades humanas. (FERREIRA, 1988, p. 234)

Assim, a educação é um ferramenta social e um dos requisitos fundamentais para direcionar o indivíduo no seu processo de desenvolvimento, tanto físico, quanto intelectual e moral, e esta formação do indivíduo é contínua e permanente. O fato é que a educação não pode ser apenas a acumulação de conteúdos produzidos historicamente pela humanidade, mas sim uma prática para a cidadania, pensando a realidade para transformá-la. Questiona Gadotti:

A todo o momento o ser humano está aprendendo algo, e melhor ainda quando entende-se o porquê e para que aprender, como é o caso dos conteúdos que são ensinados na escola. Aprender não é acumular conhecimento. Aprendemos história não para acumular conhecimento, datas, informações, mas para saber como os seres humanos fizeram a história para fazermos história. O importante é aprender a pensar (a realidade, não pensamentos), aprender a aprender. (GADOTTI, 2008 p.10)

Entendendo que a educação está em todos os ambientes e que constantemente estamos aprendendo algo novo e ressignificando algo. A educação contemporânea requer indivíduos preparados para a ação e transformação, associando os conteúdos com a vida real possibilitando assim sua inserção na sociedade, como um indivíduo participativo e consciente do seu papel. Com os esclarecimentos de Gadotti sobre educação, temos:

A educação era essencialmente processo e não produto; um processo de reconstrução e reconstituição da experiência; um processo de melhoria permanente da eficiência individual. O objetivo da educação se encontraria no próprio processo. O fim dela estaria nela mesma. Não teria um fim ulterior a ser atingindo. A educação se confundiria com o próprio processo de viver. (GADOTTI, 2006, p. 144)

Vale ressaltar que o museu apresenta diversas dimensões, no que diz respeito à educacional aprofunda-se que:

Com base nas definições de dimensão do saber e dimensão lúdico-educativa de Chagas (2001) podemos propor mais cinco dimensões básicas para a proposta de interpretação do fenômeno educacional dos museus deste estudo: a dimensão contemplativa, a dimensão cívica, a dimensão democrática, a dimensão escolar e a dimensão socioeducativa. (PEREIRA, 2010, p. 21)

Neste sentido, apropria-se da dimensão democrática e escolar na presente pesquisa, a primeira no sentido de que o museu está a serviço do povo e a segunda devido a iniciativas educacionais direcionadas para o público escolar.

A dimensão educacional escolar sugere a apropriação do modelo escolar pelo museu, integra o movimento filosófico chamado pragmatismo, que teve entre um de seus principais idealizadores o filósofo e educador John Dewey, de que partem as primeiras iniciativas em prol do movimento do escolanovismo que vai influenciar sobremaneira as relações estabelecidas dentro dos museus com a educação. (PEREIRA, 2010, p. 22)

Verifica-se que a proximidade do museu com a escola é histórica e está atrelada com a identidade que a instituição museal pretendeu permear. “Os museus brasileiros mantêm até hoje sua identidade no campo da educação escolar, com posições escolanovistas, e no campo da educação não escolar alinham-se as propostas de educação permanente introduzidas no país pela Unesco.” (LOPES, 1991, p. 44)

O Relatório da UNESCO esclarece:

O museu é um importante instrumento no processo de educação permanente do indivíduo, contribuindo para o desenvolvimento de sua inteligência e capacidades crítica e cognitiva, assim como para o desenvolvimento da comunidade, fortalecendo sua identidade, consciência crítica e autoestima, e enriquecendo a qualidade de vida individual e coletiva (UNESCO,1972).

Os museus assim como as escolas produzem conhecimentos, e cabe afirmar que um dos ambientes de educação não formal que mais propaga enriquecimento cultural é o museu. Com seu acervo relacionado com o patrimônio cultural, proporciona vivências para a criação e recriação de informações.

A preservação do bem cultural se dá em duas frentes, pela manutenção de suas condições físicas e pela recuperação de informações sobre sua história. Também está na ressignificação que o público dá à obra em exposição, pois se preserva a contemporaneidade da importância do objeto (e seus significados) nesta sociedade. (BARBOSA E COUTINHO, 2009)

Nesta perspectiva, as instituições museais passam a ser reconhecidas como contexto de aprendizagem a partir da segunda metade do século XIX, em face de teorias pedagógicas, como a Escola Nova, que vem romper com a Escola Tradicional e apresentar um modelo pedagógico em que a ação educativa está centrada na relação professor-aluno. Assim, “a teoria de Escola Nova tem a ideia de fundamentar o ato pedagógico na ação, valorizando a auto formação e a atividade espontânea do aluno e propõe que a educação seja instigadora da mudança social.” (GADOTTI, 1996, p. 142).

A teoria e a prática escolanovista se disseminaram em muitas partes do mundo, fruto certamente de uma renovação geral que valorizava a auto formação e a atividade espontânea da criança. A teoria da Escola Nova propunha que a educação fosse instigadora da mudança social e, ao mesmo tempo, se transformasse porque a sociedade estava em mudança. (GADOTTI, 2006, p. 143)

Dessa maneira a preocupação com a efetivação da educação nas escolas vai permitir que os museus adentre a este universo pedagógico também. Como afirma:

Nessa época, em que o todo educacional estava voltado para o interior das escolas e não mais para a ampliação da rede escolar, a preocupação pedagógica adentrou explicitamente os museus, influenciando-os para que passassem a dar prioridade ao apoio à escola. Nesse contexto, perderam terreno nos museus suas funções de disseminação de conhecimento para públicos amplos, independentemente da escola. Em razão desse apoio, chegou-se até propor a subordinação da escola ao museu. Em sua preocupação de colaborar com materiais que permitissem uma “fixação” dos conteúdos desenvolvidos em sala de aula, particularmente no ensino de ciências naturais. (LOPES, 1991, p. 446)

O escolanovismo acredita que a educação tem a função de democratizar, respeitando as diversidades e individualidades do indivíduo que refletindo e entendendo a sociedade em que estão inseridos serão capaz de atuar nela. Para tanto, a educação consiste na vida-experiência para a formação do cidadão atuante e democrático. “Só o aluno poderia ser autor de sua própria experiência.” (GADOTTI, 2006, p. 144)

O homem está no mundo e com o mundo [...] Isto o torna um ser capaz de relacionar-se... estas relações não se dão apenas com os

outros, mas se dão no mundo, com o mundo e pelo mundo. O homem tende a captar uma realidade, fazendo-a objeto de seus conhecimentos. Quando o homem compreende sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e com seu trabalho pode criar um mundo próprio: seu eu e suas circunstâncias. (FREIRE, 1997, p.30)

Desse modo, a construção da função educativa dos museus sob influência do escolanovismo trouxe a instituição a propor não só a observação e contemplação dos objetos, mas a instrução através do patrimônio cultural como alternativa para a garantia de ideais de civilidade, nacionalidade, pertencimento e preservação. São constantes as discussões sobre ações para o reconhecimento e valorização da diversidade sociocultural brasileira. Em que o conhecimento da diversidade cultural que compõem a nossa história é essencial para a formação da identidade e da percepção de si e dos outros. Sendo que a partir do momento que nos reconhecemos e nos relacionamos com este sentido de Patrimônio Cultural, almejamos interpretar este Patrimônio como algo que nos foi legado e que devemos transmitir.

Baseando-se na Lei 11.904, que *Institui o Estatuto de Museus e dá outras providencias*, estabelece que os museus são definidos como:

as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. (BRASIL, 2009, grifo nosso)

Em relação ao Estudo, a Pesquisa e a Ação Educativa, define:

Os museus deverão promover ações educativas, fundamentadas no respeito à diversidade cultural e na participação comunitária, contribuindo para ampliar o acesso da sociedade às manifestações culturais e ao patrimônio material e imaterial da Nação. (BRASIL, 2009)

A partir disso, os museus devem oferecer ações educativas através de projetos, programas, seminários, palestras dentre outras atividades, como recursos didáticos às escolas, que como organizações educacionais podem ampliar suas oportunidades e perspectivas na

melhoria da qualidade da educação a partir da efetivação com o seu trabalho interdisciplinar e transversal, como já visto anteriormente.

Entre tantos desafios que a escola tem a construir, dar a conhecer a diversidade cultural é um dos processos educativos que deve ser investido. Já que a escola se apresenta como uma instituição de elaboração de visão de mundo, além dos conteúdos formais vê-se necessário também uma educação que se preocupe com o processo de humanização, socialização e formação do cidadão.

E ao analisar a relação entre museu e escola torna-se necessário falar do processo de escolarização do museu, no qual, remete-se a essência do papel educacional que cabe aos museus, como complementação do ensino formal e o perigo de se tornar estas instituições como uma continuação do espaço educacional formal e com grande influência da forma escolar nas suas atividades educativas. Para Lopes (1991, p. 449):

Chamamos escolarização a esse processo de incorporação pelos museus das finalidades e métodos do ensino escolar, cujas manifestações iniciais surgiram com os movimentos escolanovistas e vêm se aprofundando no bojo das propostas de educação permanente para museus”. (LOPES, 1991, p. 449)

Portanto, Lopes (1991) reivindica uma experiência em museus que faça frente às atividades escolares. Mais do que isso: escola e museus não têm só propostas educativas diferentes. São estruturalmente diferentes. À vista disso, o museu precisa contrastar com a educação formal, proporcionando um experiência que potencialize outras maneira de atender à construção do conhecimento e não reduzir o seu papel ao de alinhamento com a escola. Já que, muitas vezes, “para manter essa clientela adaptam-se cada vez mais aos métodos da escola” (LOPES, 1991, p. 05).

Os museus tradicionais, com suas exposições estáticas e apoiadas em concepções de ensino centradas na transmissão de conhecimentos prontos e acabados, não exigem dos escolares ou do público em geral nenhuma outra habilidade que não a passividade. (LOPES, 1991, p. 05)

Para tanto, o processo de escolarização do museu expõe o risco de limitar as instituições museais a atender demandas formais e se nivelar a elas, já que, tem “ocasiões em que as exposições e práticas educativas dos museus sofrem influência tão forte da cultura

escolar que acabam perdendo suas especificidades”. (BERTELLI, 2010, p. 117). No entanto, o conhecimento oferecido pelas escolas e pelos museus deve ser diferenciado apesar de ambos buscarem uma ação educativa. Como evidencia Lopes (1991)

Outro ponto de apoio básico dessa visão de museus escolarizados é uma incompreensão do fato de que a proposta educativa dos museus é diferente da proposta da escola. Tomando por base a observação dos objetos e centrando-se nela, valendo-se fundamentalmente da linguagem visual e não na linguagem verbal, escrita da escola, os museus organizam suas visões de mundo sobre aspectos científicos, artísticos, históricos, sem a mesma ordem sequencial da escola, sem seus esquemas de urgência de aprendizado, de prazos rígidos ligados a planejamentos muitas vezes burocráticos, podendo possibilitar que as pessoas, por sua escolha - de museus, de trajetos em seu interior, de tempos dedicados a um aspecto ou outro, de preferências -, entrem em contato com leituras da realidade muitas vezes diferentes ou nem mesmo veiculadas pela escola. (LOPES, 1991, p. 07)

Neste sentido, como já ressaltado em capítulos anteriores, a educação dos museus é classificada como não formal o que já traz a sua especificidade de não se limitar à dimensão pedagógica realizada no ensino formal. Considerando que as ações dos museus devem corresponder mais ao universo da formação humana, dos valores morais que um sujeito deve ter, ou melhor, das questões de cidadania.

Desse modo, as práticas educativas nas instituições museais possuem muitos caminhos a trilhar, tendo indicações e recursos para uma prática em correlação com a imaginação, conhecimento e experiência crítica e reflexiva que irão permitir o aprofundamento e a ampliação do planejamento de acordo com as necessidades e objetivos do ensino formal. Pois, “tratar do povo brasileiro, em seus desafios e conquistas do cotidiano e no processo histórico, exige estudo e preparo cuidadoso que não se confundem, em hipótese alguma, com o senso comum” (BRASIL, 2001, p. 129)

Portanto, a proposta primordial da relação educativa entre museu e escola está em possibilitar diferentes experiências, formulando estratégias e interações para que o público escolar materialize o conhecimento adquirido na sala de aula através dos objetos e espaço museal, com suas múltiplas linguagens e práticas. Dispondo que:

Os museus devem ser um espaço sugestivo, lúdico e interessante onde não necessariamente as coisas devam ser explicadas como acontece na escola. E neste caso, considerar que não há uma única forma de

construção do conhecimento, de aprendizagem, ele pode despertar no sujeito a afetividade instigando a emoção, o romantismo, a ação, a interação e a reflexão. (REIS, 2005, p. 42)

É necessário mostrar o museu não apenas como um local de acumulação de objetos, mas de proteção, valorização, pesquisa e atualização do conhecimento, sendo um campo onde ações educativas também se desenvolvem. Propondo que só o conhecimento por detrás do acervo museal possibilita sair do senso comum para a compreensão da realidade, oferecendo o entendimento das referências culturais para o reconhecimento da diversidade, preservação e valorização do patrimônio cultural.

## **2.2 Para uma ação transversal e interdisciplinar junto ao patrimônio**

Os museus por muito tempo foram considerados lugares da elite, com domínios restritos, porém com a função educativa valorizada esta situação mudou e possibilitou a democratização do conhecimento valorizado pelos museus. Neste sentido o acervo dedicou-se à atender um conhecimento referenciado na realidade, estimulando a participação, com metodologias diferenciadas àquelas já convencionais praticadas no ensino formal, possibilitando assim transformações sociais.

Um dos primeiros desafios que as instituições museais enfrentam ao enfatizar e reconhecer a sua função educativa é como contemplar e repercutir no indivíduo o conhecimento produzido nestes ambientes. Para tanto no capítulo sobre o histórico dos museus ficou evidente que a função educativa dos museus evoluiu, em linha com as questões e características próprias de cada tempo histórico e demandas sociais.

Para tanto desde que se entendeu a importância da preservação da identidade nacional, de se estudar cada cultura singularmente, observando que cada sociedade tem sua dinâmica própria, ou seja, com os discursos de multiculturalismo surgidos no século XX, a preocupação com estas questões no currículo cresceram e se expandiram para as instituições museais também. Na “contemporaneidade não comporta mais modelos de desenvolvimento tecnológico e científico dissociados dos referenciais culturais de um povo. Cultura e desenvolvimento, mais do que nunca, têm de andar de mão dadas.” (SANTOS, 2008, p. 129)

E esta influência vai impactar com significativos efeitos os espaços educacionais, primeiramente, sustentando uma renovação nos currículos, “quando, na área educacional, se enfatiza que o papel da escola deve ser o de formar o “cidadão” para atuar numa sociedade democrática e globalizada” (LOMBARDI, CASIMIRO, MAGALHÃES, 2006, p. 68)

Neste sentido a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 210 determina para o Ensino Fundamental conteúdos curriculares que assegurem uma formação para o respeito dos valores culturais nacionais e regionais. Assim, o Ministério da Educação e Desportos divulgou em 1997 os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) como referências curriculares e como um instrumento de apoio das práticas pedagógicas para a melhoria dos serviços educacionais atendendo às características regionais e locais da sociedade.

Passando a contemplar propostas educacionais que tratam de cultura, diversidade e temas sociais, encontramos entre um dos objetivos do Ensino Fundamental, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, que os alunos sejam capazes de:

Conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia, ou outras características individuais e sociais. (BRASIL, 2001)

Dentro da proposta curricular os Parâmetros Curriculares Nacionais tratam que temáticas sociais, atuais, devem ser incorporadas nas disciplinas voltando-se como conteúdos necessários à formação integral do aluno. Estas temáticas são tratadas como Temas Transversais, a saber: a Ética, o Meio Ambiente, a Saúde, a Pluralidade Cultural e a Orientação Sexual.

E essa reorganização está por trás de propostas como aquela expressa por um “novo” currículo para o ensino fundamental, fortemente impregnado de conhecimentos valorativos, os Temas Transversais, entre eles, o da “pluralidade cultural”, que é a adoção das perspectivas e bandeiras do multiculturalismo pela escola” (LOMBARDI, CASIMIRO, MAGALHÃES, 2006, p. 68)

Dessa maneira, os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997) contemplam as questões culturais tanto nos seus temas transversais, quanto como eixo temático o estudo e a valorização dos aspectos locais. Levando-se em conta que o contexto escolar abrange diversos grupos culturais e com identidades múltiplas de gênero, raça, padrões linguísticos e outras.

E essa reorganização está por trás de propostas como aquela expressa por um “novo” currículo para o ensino fundamental, fortemente impregnado de conhecimentos valorativos, os Temas Transversais, entre eles, o da “pluralidade cultural”, que é a adoção das perspectivas e bandeiras do multiculturalismo pela escola” (LOMBARDI, CASIMIRO, MAGALHÃES, 2006, p. 68)

Para tal, os professores como disseminadores do conhecimento, devem integrar nos seus planejamentos de aula, assuntos referentes às questões da diversidade e da identidade cultural. Como ressalta os PCNs:

Considerar a diversidade não significa negar a existência de características comuns, nem a possibilidade de construirmos uma nação, ou mesmo a existência de uma dimensão universal do ser humano. Pluralidade Cultural quer dizer a afirmação da diversidade como traço fundamental na construção de uma identidade nacional que se põe e repõe permanentemente, e o fato de que a humanidade de todos se manifesta em formas concretas e diversas de ser humano (BRASIL, 2001, p. 19).

Nesta perspectiva, como justificativa da Pluralidade Cultural entre os temas transversais, temos:

Entretanto, apesar da discriminação, da injustiça e do preconceito que contradizem os princípios da dignidade, do respeito mútuo e da justiça, paradoxalmente o Brasil tem produzido também experiências de convívio, reelaboração das culturas de origem, constituindo algo intangível que se tem chamado de brasilidade, que permite a cada um reconhecer-se como brasileiro. Por isso, no cenário mundial, o Brasil representa uma esperança de superação de fronteiras e de construção da relação de confiança na humanidade. A singularidade que permite essa esperança é dada por sua constituição histórica peculiar no campo cultural. O que se almeja, portanto, ao tratar de Pluralidade Cultural, não é a divisão ou o esquadrinhamento da sociedade em grupos culturais fechados, mas o enriquecimento propiciado a cada um e a todos pela pluralidade de formas de vida, pelo convívio e pelas opções pessoais, assim como o compromisso ético de contribuir com as

transformações necessárias à construção de uma sociedade mais justa. Reconhecer e valorizar a diversidade cultural é atuar sobre um dos mecanismos de discriminação e exclusão, entraves à plenitude da cidadania para todos e, portanto, para a própria nação. (BRASIL, 2001, P. 122)

Para garantir uma educação verdadeiramente plural, a educação formal brasileira vem estabelecendo diretrizes e normas para tal, uma delas é a Lei 10.639/03, alterada pela Lei 11.645/08, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio.

Novamente enfatiza-se a valorização do saber das culturas na educação formal e como consequência chega na educação não formal. Então, incentiva-se as atividades fora de sala de aula, levando os alunos a frequentar museus, que proporcionam conhecimentos acerca da cultura afro-brasileira e indígena.

Nesta sequência, temos os formuladores de políticas públicas educacionais junto do ensino formal assumindo a necessidade de algumas questões para a democratização do conhecimento, contemplando a defesa do reconhecimento e da valorização cultural brasileira no rol de preocupações para a construção da identidade cultural e da cidadania. Registrando argumentos que rompem com pensamentos como, por exemplo, que culturas não europeias são inferiores e tornando também acessível o saber da cultura popular.

É interessante registrar, entretanto, que os conteúdos transmitidos pelas escolas ao longo dos anos têm privilegiado padrões de cultura importados, aplicados sem a devida redução social em currículos com conteúdos impostos de cima para baixo, dissociados da realidade dos alunos, em escolas burocratizadas e distantes das comunidades na qual estão inseridas. (SANTOS, 2008, p. 132)

Rompendo com métodos tradicionais, perpetuados por muito tempo na história da educação brasileira, onde era notório um sistema escolar limitado, cujo protagonista do processo era o professor, que apenas possuía o conhecimento e transmitia este de forma mecânica. As experiências museais ajudam a minimizar e romper com este paradigma, aliadas às teorias que enfatizam alterações importantes nas formas de tratamento dos conteúdos, para não propor uma educação bancária e tradicional, como ressaltou Paulo Freire:

Em lugar de comunicar-se, o educador faz “comunicados” e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem. Eis aí a concepção “bancária” da educação, em

que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guarda-los e arquivá-los. (FREIRE, 1987, p 33)

Desta forma a educação bancária não cabe mais ao modelo atual de educação, e por isso muitos professores procuram os espaços não formais de educação para a prática da interdisciplinaridade e transversalidade, tão necessárias na educação contemporânea, aliando teoria e prática para potencializar o processo de aprendizagem.

Os espaços museais, com suas diversas temáticas, desde a cultura popular até a cultura erudita, proporcionam inúmeras possibilidades na formação do cidadão, entre elas temos a construção da criticidade, da criatividade, do lúdico, da autonomia, entre outros. E quando se trata de autonomia remete-se a uma educação de forma democrática e emancipatória, para o desenvolvimento da consciência, favorecida pelo desenvolvimento de uma aprendizagem crítica sobre o mundo.

Neste sentido, ao mencionar termos como emancipação, conscientização e criticidade se remete à educação popular, tendo “o paradigma da educação popular inspirado originalmente no trabalho de Paulo Freire nos anos 60, encontrava na conscientização sua categoria fundamental.” (GADOTTI, 2000, p. 6)

Nesta perspectiva, temos o patrimônio como alternativa na construção e reconstrução do espaço e do tempo, para novas ações de problematizações do passado e do presente a partir da educação popular. Estabelecendo o patrimônio como um instrumento de desenvolvimento para a comunidade, com senso crítico. Como explica Leite:

Na educação patrimonial popular não há uma preocupação pela transmissão de conteúdos previamente determinados, mas uma preocupação de criar condições para pensar de forma crítica e pensar criativamente sobre novos conteúdos. [...] Uma experiência em gerar aprendizagens a partir das histórias das comunidades, dos seus objetos, dos seus saberes, técnicas e formas de expressão. De todas as formas de expressão. Um papel de criar paixões pela descoberta do eu e do outro através da experiência. (LEITE, 2017, p. 26)

É nesse sentido que cabe afirmar que os processos educativos que acontecem nos museus podem se realizar no contexto da educação popular, devido ao seu caráter de apresentar aprendizagens que venham da realidade concreta do indivíduo, valorizando os

saberes prévios para a construção de novos saberes. Para assim permitir ao indivíduo se conhecer e ao mesmo tempo interpretar o “outro” e o seu meio.

Ao olharmos para as propostas de educação patrimonial popular que tem vindo a ser construídas no Brasil, nas Favelas das grandes cidades, nas zonas quilombolas, entre a população afrodescendentes, entre os indígenas e povos da Amazônia verificamos que esses processos são laboratórios criativos de propostas emancipatórias com base na construção de relações dialógicas. Neles os sujeitos atuam como atores da sua própria transformação. (LEITE, 2017, p. 27)

No campo da aprendizagem da educação popular o indivíduo é visto no processo como protagonista ativo e sujeito de suas transformações históricas para a promoção da tomada de consciência e a organização coletiva. Em que está só acontece estabelecendo o envolvimento de todos os protagonistas do processo educativo por meio da vivência da prática dialógica.

Afirmando que o museu constrói diálogos com a educação popular e que as ações museológicas são processos, considera-se que transformações acontecem primeiramente para as mudanças se efetivarem, tanto no sujeito como no mundo. E a função educativa fica mais explícita e passa a ter prioridade dentro da política institucional e muitas vezes equiparando-se às outras funções. Pois a preocupação com a complementação da educação formal e do próprio público que ali frequenta garante uma ação revestida de criticidade potencializando-a como instrumento de transformação social associado à cultura.

Metodologias educacionais organizadas na compreensão de mundo, de ser humano e de sociedade através da interação permitem melhorar as competências de comunicação e fortalecer a autoestima, pois viabiliza “aprender a partir de algo que “é seu”, que conhece como seu ou como fazendo parte do seu contexto, algo que vai poder reconhecer, aprofundar e, por fim, utilizar”. (LEITE, 2017)

O património vai fornecer, muito especialmente, à educação popular os meios de atingir quatro grandes objetivos, que são os mais úteis para o desenvolvimento participativo da comunidade e do território: a formação da consciência da sua identidade, do seu território e da comunidade humana de pertença; a autoestima e uma maior confiança nos outros, condição da participação e da cooperação ao serviço do desenvolvimento; o despertar da capacidade de iniciativa e de criatividade, para se deixar de ser consumidor e assistido e tornar-se empreendedor e promotor; o domínio da expressão e dos instrumentos

da negociação, que permitem intervir eficazmente na esfera pública. (LEITE, 2017)

E ao tratar de educação popular, realça-se promover situações de aprendizagens que permanecem por toda a vida, permitindo considerar a experiência dos indivíduos e a educação como um processo sempre dinâmico, interativo e criativo, assegurando ao indivíduo não ser mais uma mera peça do processo educacional, mas sim um protagonista que dialoga com o saber.

Desse modo, a aprendizagem apoiada nos princípios da interdisciplinaridade e da transversalidade implica o estudo de questões sociais, geográficas, históricas, estéticas entre outras, que acabam perpassando na educação popular. Sendo que o conhecimento presente nas demandas museológicas viabilizam estes princípios, desconsiderando a percepção fragmentaria do conhecimento.

### **2.3 Abordando o Patrimônio Cultural no Ensino de Arte e História**

Neste capítulo, busca-se enfatizar as concepções que demonstram o tratamento do patrimônio cultural como ferramenta didática para o ensino de Arte e História. Ressaltando também como pode ser organizada e envolvida as argumentações em torno dos bens culturais com a listagem de alguns museus e centros de cultura que oferecem o diálogo com as disciplinas citadas.

Conforme já mencionado antes o conceito de Patrimônio Cultural abrange aspectos ligados à história e à memória de um povo, com referência nos valores simbólicos reconhecido por determinada localidade, região ou país. Destaca-se assim a abrangência que pode constituir o Patrimônio Cultural de uma dada região, envolvendo diversas modalidades da produção intelectual e artística de um povo. Nesse sentido fazem parte do Patrimônio Cultural: o Artesanato; as Artes Visuais, está englobando a arquitetura, a escultura, a pintura e demais transformações estéticas desenvolvidas a partir do avanço tecnológico; as Artes Cênicas; a Música; e demais manifestações populares.

A cidade de São Luís possui uma manifestação cultural que é o resultado dos processos históricos e sociais pelos quais a cidade passou ao longo do seu desenvolvimento.

Esta herança cultural no estado do Maranhão foi deixada pelos índios, escravos e colonizadores. Com uma influência marcante pelos portugueses, no que diz respeito, aos costumes, à língua e aos hábitos de vida. Porém o negro e o índio também deixaram a sua contribuição, configurando em um legado cultural com forte componente simbólico e religioso.

No rastro da valorização patrimonial, iniciada nos anos 50, num conjunto de tombamentos, em uma luta constante com a rápida descaracterização, preservou-se um valioso patrimônio arquitetônico, somado a aspectos culturais, que permitiram adaptações a novas funções através dos anos, assegurando que a UNESCO concedesse ao Centro Histórico o maior valor que um núcleo urbano possa receber no planeta: o de Patrimônio Cultural da Humanidade. As novas leituras de São Luís não se limitam ao patrimônio material, ou podem ser vistas somente na escrita tradicional da história, pois abrangem um amplo espaço simbólico, de sentidos e significados, captados pela literatura poética e a criação lendária, além das artes plásticas, fotografia e vídeo. (MARTINS, 2005, p. 19)

Com o título de cidade Patrimônio Cultural da Humanidade, devido as suas características urbanísticas e artísticas, não só o Centro Histórico de São Luís mas encontramos diversos elementos da cultura popular local que podem ser aproveitados como eixo educativo. Considerando a arquitetura e o espaço, assim como as manifestações que compõe a identidade cultural da cidade, entre as danças, o folguedo folclórico, o culto popular, as artes visuais e demais obras com valores estéticos. A cidade possui uma legitimidade de manifestações culturais que permitem o debate de seus elementos históricos, estéticos e sociais, além da relação entre o passado, o presente e o futuro.

Neste contexto tendo como objetivo o aproveitamento dos espaços museológicos para a comunidade escolar, destaca-se o ensino de Arte e História para a presente pesquisa. Por serem disciplinas que dialogam e permitem a abordagem com o patrimônio, cultura popular e identidade cultural. Para tanto, os Parâmetros Curriculares Nacionais – História, esclarece:

É no local, conhecendo pessoalmente casas, ruas, obras de arte, campos cultivados, aglomerações urbanas, conversando com os moradores das cidades ou do campo, que os alunos se sensibilizam para as fontes de pesquisa histórica, isto é, para os materiais sobre os quais os especialistas se debruçam na interpretação de como seria a vida em outros tempos, como se dão as relações entre os homens na sociedade de hoje, como o passado permanece no presente ou como são organizados os espaços urbanos ou rurais. O estudo do meio é,

então, um recurso pedagógico privilegiado, já que possibilita aos estudantes adquirirem, progressivamente, o olhar indagador sobre o mundo. É fundamental para o estudante que está começando a compreender o mundo conhecer a diversidade de ambientes, habitações, modos de vida, estilos de arte ou as formas de organização de trabalho, para compreender de modo mais crítico a sua própria época e o espaço em seu entorno. É por meio da observação das materialidades e da interpretação dos discursos do seu e de outros tempos que o aluno aprende a ampliar sua visão de mundo, tomando consciência que se insere em uma época específica. Em um estudo do meio, o ensino de História alcança a vida e o aluno transporta o conhecimento adquirido para fora da situação escolar, propondo soluções para problemas de diferentes naturezas com que se defronta na realidade. (BRASIL, 1998, p 94)

Apontando como relevante o resgate da cultura local, é proposto como conteúdos básicos para o 9º ano no Referencial Curricular de Arte (Ensino Fundamental), a cultura popular brasileira, tanto regional, quanto local. Sendo desenvolvidas capacidades que propiciem o conhecimento e a valorização dos elementos da cultura popular. Ressalta-se ainda que se:

Conduza os alunos para visitas em variados espaços referentes à cultura popular entre estes: museus, centros de cultura, galerias, ateliês de artistas, oficinas populares, praças, feiras, mercados entre outros espaços encontrados nos municípios, valorizando os modos de preservação, conservação e restauração dos acervos das imagens e objetos presentes. (MARANHÃO, 2010, pag. 64)

Dessa maneira, o Referencial Curricular de Arte do Ensino Fundamental, trata que o ensino de Arte deve manter relação com as manifestações artísticas e a diversidade cultural dos povos, proporcionando uma aprendizagem artística, cultural e estética, para a efetivação de uma abordagem contínua e transversal, o professor necessita saber, primeiramente, quais são os componentes da cultura local, regional e nacional que os seus alunos vivenciam, para assim proporcionar uma prática pedagógica significativa.

A exemplo de Temas transversais cita-se a Pluralidade Cultural – composição da população brasileira com sua diversidade de costumes, modos de pensar, tradições e crenças que constituem-se em heranças advindas das gerações e da própria pluralidade cultural desse país. Em um trabalho sobre esse tema, sugere-se que o professor e os alunos deem visibilidade a este arcabouço cultural, demonstrando a riqueza

brasileira bem como procure valorizar a cultura local. (MARANHÃO, 2010, pag. 41)

O Referencial Curricular do Ensino Fundamental busca evidenciar o significado da arte e do seu ensino no ambiente escolar. Pretende-se com o Referencial Curricular do Ensino Fundamental e os Parâmetros Curriculares Nacionais oferecer um conjunto de orientações ao professor, no que se refere ao desenvolvimento curricular, com regras que podem ser modificadas pela comunidade escolar considerando-se as necessidades e peculiaridades locais.

Dessa forma, os PCNs História, trazem, também:

Algumas visitas aos museus e exposições podem estar voltadas para a diversificação das concepções sobre o que é ou deve ser preservado hoje em relação ao passado. Uma visita pode suscitar o debate sobre como acontece a preservação do patrimônio histórico cultural da localidade onde vivem, relacionando-o com as memórias e as identidades locais, regionais, nacionais e/ou mundiais. O debate pode girar em torno de como é valorizada ou esquecida essa ou aquela memória, como são fortalecidas ou não as identidades locais ou regionais, como as pessoas contribuem em seu cotidiano para a preservação dos patrimônios, como preservar depende da consciência de cidadania etc. Pode, principalmente, propiciar o debate sobre a relação entre o presente e o passado, já que a decisão sobre o que e o como preservar pertence a cada geração. (BRASIL, 1998, p. 91)

Vale ressaltar que devido o caráter interdisciplinar de tais temáticas, a integração com outras disciplinas se torna viável e possível. Pois através da interdisciplinaridade, juntam-se diferentes disciplinas em um único projeto educativo, ajustando-se às necessidades de cada uma. Visto que a interdisciplinaridade traz dinâmica e permite aprofundar certo assunto, na medida que diversas disciplinas tornam possível a busca por novos conhecimentos acerca de um determinado assunto.

Vale enfatizar que ao escolher e direcionar-se à uma instituição que visa ser visitada, procura-se primeiramente informações sobre o acervo da exposição, avaliando se o espaço e a exposição estão adequados à faixa etária do grupo escolar e à proposta do projeto idealizado pela escola.

Para tanto, requer também estruturação e contextualização, pois os professores das disciplinas envolvidas necessitam reunir os objetivos e intenções do que querem desenvolver e que formação e reflexão almejam com a visita. Para então, discutir e conscientizar os alunos

do processo educativo que será desenvolvido, com direcionamentos e até mesmo indagando e conhecendo os conhecimentos prévios dos educandos acerca do tema proposto.

No que diz respeito ao processo de ensino Libâneo (1994, p. 89) afirma:

[...] abrange a assimilação e conhecimentos, mas inclui outras tarefas. Para assegurar a assimilação ativa, o professor deve antecipar os objetivos de ensino, explicar a matéria, puxar dos alunos conhecimentos que já dominam estimulá-los no desejo de conhecer a matéria nova. (LIBÂNEO, 1994, p. 89)

Desta maneira destaca-se que a escola deve ter consciência que as visitas aos museus não devem ser apenas mais um passeio, mas sim ser cumprido no sentido de obter os resultados dos objetivos iniciais, se preocupando em despertar nos educandos a pesquisa, discussões e conhecimentos prévios do que poderão aproveitar, conhecer e aprender. Para assim estabelecer a integração do trabalho pedagógico com a experiência concreta e desta forma, uma aprendizagem mais significativa.

Restringindo-se às disciplinas Arte e História, devido a pesquisa ser direcionada aos museus de arte e centros de cultura da cidade de São Luís, e estes proporcionarem conhecimentos que mais se relacionam com estas disciplinas, procurou-se elencar alguns museus e centros de cultura que possibilitam a comunicação possível com as ditas disciplinas.

Inicia-se apresentando o **Museu de Arte Sacra** que está sediado no Palácio Arquiepiscopal de São Luís ao lado da Catedral de Nossa Senhora da Vitória. E abriga uma coleção dos estilos maneirista, barroco, rococó e neoclássico, com uma coleção de ourivesaria dos séculos XVII, XVIII e XIX e cerca de 400 peças entre sinos, cálices, pinturas, imagens sacras e o altar-mor de Nossa Senhora da Vitória, uma peça única no Brasil e tombada pelo patrimônio histórico nacional.

Na mesma perspectiva temos o **Museu Histórico e Artístico do Maranhão**, que reconstitui alguns ambientes de uma casa de época, dos séculos XIX e XX, onde as peças são mostradas de forma didática, permitindo a contextualização do acervo junto aos objetos e sua utilidade.

Com esses espaços é notável, o possível tratamento com as disciplinas aqui já explanadas, podendo ser trabalhados com os educandos o aprofundamento das questões da nossa formação histórica e cultural e o diálogo com heranças culturais, que são assuntos relevantes muitas vezes

nas aulas de história. Permitindo relacionarem com as transformações que acontecem na sociedade, e assim entender aspectos de sua cidade, de seu povo e de si mesmo.

Na **Casa do Maranhão** que está instalada em um casarão neoclássico do século XIX, oferece exposições permanentes sobre a formação cultural maranhense, entre elas o bumba-meu-boi, reisado, as caixeiros da Festa do Divino Espírito Santo, Tambor de Crioula, Tambor de Mina e o reggae. A Casa do Maranhão foi reconfigurada e apresenta recursos audiovisuais atuais, onde “Será possível sobrevoar a capital em uma tela touch screen, discutir verdades e mitos sobre a sua fundação, conhecê-la sob o olhar de um fotógrafo do início do século e entender como e porque São Luís tornou-se Patrimônio Mundial”.

Outro ambiente favorável como recurso educativo é a **Cafuá das Mercês** que possui um acervo dedicado à preservação da memória da cultura afro no Maranhão com objetos da cultura afro-maranhense e é conhecida, também, como Museu do Negro. Pois, possui objetos de cultos religiosos de origem africana como estatuetas, cabaças, cachimbos e parelhas do Tambor de Mina. E também uma réplica do pelourinho que ficava no Largo do Carmo.

No Cafua das Mercês o tratamento com a história e cultura afro-brasileira é provado mais pela experiência com os objetos ali apresentado, onde o educando podem experimentar do envolvimento e apropriação dos bens culturais, entendendo e buscando conhecer a origem de um determinado objeto artístico. Além de proporcionar discussões para o combate de preconceitos, muitas vezes dos próprios alunos que não se reconhecem ou negam sua ancestralidade. E a reconstrução de identidade racial para o fortalecimento da autoestima podem ser realçados também em visitas como essas. Para tanto, a organização de atividades em locais como este favorecem o respeito às diferenças e a compreensão que a humanidade é diversa.

É a partir dessas reflexões que LIMA (2012, p. 41) aborda:

A ancestralidade é considerada, na formação, como fonte capaz de trazer pulsão, energia, movimento, criatividade para o ambiente escolar e ao mesmo tempo valores materiais e simbólicos, princípios éticos e morais da cultura africana necessários para a formação da identidade cultural e fortalecimento da autoestima dos professores e das crianças negras. Também se constitui como parâmetro de diversidade para as crianças brancas. (LIMA, 2012, p. 41)

Já o **Museu de Artes Visuais** com sede em um sobrado do século XIX, possui azulejos, peças decorativas em vidros, cristais, metais e madeira. E uma coleção com obras de

importantes artistas nacionais, estrangeiros e locais, dos séculos XIX e XX. Entre eles artistas como Miguel Veiga, Dila, Antônio Almeida, Newton Sá, além de Tarsila do Amaral, Alfredo Volpi, Ademir Martins e Cícero Dias.

Desta forma, o Museu de Artes Visuais oferece o contato com o conhecimento artístico no que se refere à História da Arte e a perspectiva estética dando subsídios aos professores no tratamento de aspectos acerca das produções artísticas locais. Onde com uma abordagem interdisciplinar que leve em conta os conhecimentos prévios dos alunos possibilitará a familiarização cultural e o aprofundamento da compreensão de conteúdos sociais e culturais. Assim, observa-se nos PCNs - Arte:

Compreendam que os trabalhos de arte não existem isoladamente, mas relacionam-se com as ideias e tendências de uma determinada época e localidade. A apreensão da arte se dá como fenômeno imerso na cultura, que se desvela nas conexões e interações existentes entre o local, o nacional e o internacional.” (BRASIL, 2001, p. 110)

Para o ensino de Arte, o Museu de Artes Visuais é de suma importância até para o entendimento das nossas manifestações populares, pois muitos artistas locais retratam a nossa cultura, permitindo assim a abordagem em sala de aula dessas temáticas a partir da leitura e releitura dessas obras. A paisagem urbana de São Luís junto com seus temas sociais também passa a ser retratadas pelos artistas, proporcionando a exploração interdisciplinar deste recurso, pois não só o ensino de Arte pode se beneficiar do tratamento em sala de aula, mas o ensino de História também.

Com o **Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho** temos uma exposição com a Galeria Zelinda Lima, destinada às mostras do conjunto de coleções temáticas e temporárias, assim como a exposição permanente “Casa da Festa”, com temáticas sobre os cultos afro brasileiro e afro maranhense, festa do divino, bumba meu boi, tambor de crioula e outros ritos e folguedos, como carnaval e natal.

Na **Casa de Nhozinho**, o nome é uma homenagem ao artista popular, Antônio Bruno Pinto Nogueira. O acervo dá prioridade a cultura popular maranhense, com peças indígenas, utensílios de pesca, carros de bois, teares de rede, vasos de cerâmica, toalhas de buriti, bonecos populares, plumárias indígenas, brinquedos que imitam bichos.

Com base nestas orientações temos o universo da cultura popular maranhense contendo um repertório de expressões e identidades que quando contextualizadas com bases no ensino artístico ou no histórico podem dar contribuições para que os alunos se percebam como produtores de cultura, pois os objetos encontrados acabam sendo objetos do cotidiano e realidades desses educandos.

Outro espaço de contribuição como ferramenta didática é o **Centro Cultural Vale Maranhão (Ccv)** que foi reinaugurado no ano de 2017, e possui os seguintes espaços: Sala de Exposição São Luís, Sala de Exposição Mearim, Galeria Tucum, Galeria Buriti, Auditório Itapecuru, Pátio Maranhão e três salas multiuso (Babaçu, Juçara, Carnaúba). A proposta do museu é valorizar artistas locais e também apresentar trabalhos nacionais e internacionais, sempre com exposições fotográficas, ligadas a arte contemporânea ou a identidade cultural maranhense o CCVM vem acrescentar como espaço de valorização do nosso patrimônio material e imaterial.

Recentemente a cidade de São Luís ganhou também a **Centro de Referência Casa do Tambor de Crioula** que tem como proposta ser um local de encontro e transmissão de saberes associados ao Tambor de Crioula. Para salvaguardar uma das principais manifestações culturais locais e patrimônio imaterial do Brasil, o espaço conta com salas para realização de oficinas de dança e percussão, além de uma biblioteca que abrigará um acervo para pesquisas.

A visita em ambientes que permitem o contato com o Tambor de Crioula motivam abordagens sobre o tempo e o lugar em que está inserida a manifestação. E para o início das atividades poderia utilizar-se de leituras de textos que tratem da história do Maranhão, no que diz respeito à formação da etnia, pois a influência do português, mais tarde dos índios e também negros africanos influenciaram consideravelmente para a formação de uma identidade cultural maranhense.

Dessa forma, enfatiza-se também o tratamento acerca de que as danças se formaram de um sincretismo cultural (índio e negro, mais marcantes) e se estabeleceram no Maranhão desde os tempos de colonização influenciando na nossa identidade cultural. Demonstra-se que no processo educativo pode-se tratar da influência africana e europeia para a construção cultural maranhense. Assim, as manifestações populares podem ser exploradas tanto no ensino de Arte como no de História proporcionando tratamento de seus contextos culturais, estéticos e históricos.

Outro ambiente museológico inaugurado recentemente na cidade, foi o **Museu do Reggae do Maranhão que conta como um** espaço de preservação cultural do reggae, valorizando a trajetória desse gênero musical no Maranhão. O museu apresenta discos raros, vídeos e fotos históricas, além da moda reggae ao longo do tempo. Os depoimentos gravados com personagens da cena reggae também estão disponibilizados. Para pesquisas sobre o assunto, o acervo conta com material que compõe livros, artigos, teses e dissertações, em sua biblioteca, possibilitando a realização de pesquisas.

Assim o museu do reggae é uma ferramenta pedagógica para o tratamento com as questões da identidade da cidade de São Luís, como por exemplo, ser considerada a “Jamaica Brasileira”. À vista disso, Enfatiza-se que o tratamento com a temática do reggae pode ser inicializado com as letras das músicas permitindo os diálogos históricos, sociais e culturais em sala de aula, tanto no ensino de Arte quanto no de História e desse modo ser complementado com as visitas ao museu. Considerando que o reggae por possuir “temas como o amor, esperança, ideais, justiça [...] é inegável, portanto que as letras deste ritmo tenham propostas desalienante, gritos de libertação, e protestos contra desigualdades sociais”, possibilitando a conscientização, reflexão social e o envolvimento de diversas faixa etárias com esse universo que muitas vezes faz parte da realidade do educando.

Neste sentido a arquitetura também deve ser explorada como um segmento das artes que proporciona contextualizações acerca dos elementos arquitetônicos, o azulejar, movimentos e estilos artísticos, além da utilização de outras linguagens artísticas como a fotografia que contribuem para atividades pedagógicas no sentido de registro de tais patrimônios, para assim se proporcionar discussões e apreciação de tal objeto cultural e a construção da memória. Onde Fusari e Ferraz esclarecem:

Os elementos de visualidade presentes nas imagens fixas e em movimento das novas linguagens com dimensões artísticas como a fotografia, a holografia, a eletrografia, o cinema, a televisão, o vídeo e os grafismos informatizados podem ser analisados e trabalhados em continuidade aos estudos precedentes. [...] O saber e o produzir tais multimídias são significativos para o estudante contemporâneo. (FUSARI; FERRAZ, 1993, p. 91)

Percebe-se que grande parte dos museus e centros de cultura possuem acervo referente as manifestações que compõe a identidade cultural local, no caso, do estado do Maranhão, com enfoque nas manifestações populares, entre estas a dança, o folguedo folclórico e o culto

popular. Com ênfase nas danças temos: Tambor-de-Crioula; folguedos: Bumba-meu-Boi; outras manifestações: Tambor de Mina e Festa do Divino Espírito Santo.

Cabe considerar que as manifestações citadas podem ser utilizadas de forma didática a partir das suas características histórica, estrutural e simbólica. Pois o repertório cultural que carregam aguçam propostas pedagógicas que promovem a imaginação, criatividade e ampliação da visão de mundo dos educandos.

Cada obra de arte é, ao mesmo tempo, um produto cultural de uma determinada época e uma criação singular da imaginação humana, cujo valor é universal. Por isso uma obra de arte não é mais avançada, mais evoluída, nem mais correta do que outra qualquer” (BRASIL, 2001, p. 36)

Dessa maneira, quanto ao folguedo folclórico podemos cita-se o Bumba-meu-Boi e argumentar que possui diversos elementos relevantes para o tratamento com o Ensino de Arte. Partindo da articulação dos elementos simbólicos que compõe tal manifestação, levando à compreensão dos três eixos norteadores da aprendizagem em Arte (produzir, apreciar e contextualizar). Onde se utilizando da pintura, o professor pode propor atividades de produção relacionadas com a manifestação do Bumba-meu-Boi, com as técnicas artísticas já consagradas, como por exemplo, o cubismo ou abstracionismo, mas primeiramente contextualizando tais movimentos artísticos antes das produções como forma de situar e orientar os trabalhos.

Entre as manifestação de cunho religioso afro-brasileira típica do Maranhão, ressalta-se o Tambor de Mina que valoriza suas crenças e cultos e assim permite diversos questionamentos socioculturais. Elencando-se para a abordagem em sala de aula a análise da história da arte afro-brasileira e sua realidade sociocultural, além da discussão dos seus elementos simbólicos.

Por último cita-se a Festa do Divino Espírito Santo como tradicionalmente lusitana e de cunho religioso está manifestação permite todos os questionamentos já tratados além da compreensão sócio-histórico-cultural para a formação da nossa identidade. Outra questão relevante são as peculiaridades marcantes contidas na manifestação como a presença feminina, onde se destacam as caxeiras e as hierarquias enfatizadas no processo da celebração.

Ressaltam-se também o estudo das questões de sincretismo religioso dentro do Tambor de Mina, pois características da pajelança ameríndia, catolicismo entre outras são bastante difundidas na manifestação. Desta maneira, pode-se também indagar quanto à:

Ocasões em que a arte se expressa, [...] como o canto, a dança, a música, através de formas artísticas tradicionais de possível origem africana. E que ali se apresentam dançarinos, cantores e instrumentistas de extraordinária habilidade, comparável à de artistas eruditos qualificados. (COSTA, 2004, p. 85)

Refletindo acerca do dialogo multicultural e interdisciplinar que as visitas escolares podem alcançar no ambiente museológico. Acrescentamos também a possibilidade da interação com a Metodologia da Educação Patrimonial, tendo nas etapas desta metodologia a condução e orientação para a interpretação do nosso patrimônio cultural de forma teórica e prática e assim o entendimento da arte, história, cultura e sociedade local.

Pois a aplicação da metodologia da Educação Patrimonial possibilita interagir e intervir com o conhecimento que o patrimônio proporciona de forma significativa e contextualizada, norteando discussões de apreciação e identificação das diferenças entre as manifestações culturais, por exemplo, viabilizando dar significado aos elementos culturais no que diz respeito aos seus diferentes materiais, técnicas, valores, épocas, costumes, crenças entre outros.

Vale ressaltar que para uma contextualização mais precisa em relação às manifestações culturais maranhense, um material pedagógico de apoio se apresenta como relevante para a prática em sala de aula. Assim citam-se as obras de Domingos Vieira Filho, para a pesquisa e investigação quanto ao assunto. O órgão do IPHAN também possui considerável material na sua biblioteca pública e publicações a respeito de manifestações maranhenses, com destaque para o Bumba-meu-Boi, as Danças, Tambor de Mina e o Tambor de Crioula.

Á vista disso, as visitas aos museus, centros de cultura, galerias de arte entre outros espaços contribuem no procedimento das atividades pedagógicas com o patrimônio cultural, pois os centros de cultura e museus tornam acessíveis as informações sobre a arquitetura, o artesanato maranhense, as obras de arte, os rituais de religiões afro-brasileiras, festas

tradicionais como bumba-meu-boi, tambor de crioula, a Festa do Divino e mais manifestações culturais.

### 3 FUNÇÃO EDUCATIVA DOS MUSEUS: descrição e análise dos dados

A metodologia utilizada para assegurar as respostas às nossas questões foi a pesquisa de campo, aplicando um questionário e entrevista como ferramenta junto aos diretores e monitores dos museus pesquisados e também com os professores das disciplinas Artes e História de escolas públicas da cidade de São Luís.

Em relação a aplicação dos questionários utiliza-se de perguntas fechadas e abertas para a identificação do entrevistado e o detalhamento das demais indagações. Entre os museus pesquisados temos: o Museu de Arte Sacra; a Casa do Maranhão; Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho; a Centro de Referência Casa do Tambor de Crioula; e o Museu do Reggae do Maranhão.

Em relação às escolas, a escolha levou em consideração a localização e o contexto social e cultural destas, pois a intenção era aplicar a pesquisa de campo em bairros que tivessem um considerável envolvimento com práticas de manifestações culturais. Assim optou-se pelas escolas: Unidade Integrada Estado do Pará, escola de ensino médio regular da rede estadual, localizada no bairro da Liberdade; Unidade de Educação Básica Alberto Pinheiro, localizada no Centro, onde muitos alunos são oriundos dos bairros da Liberdade, Camboa e Madre Deus e a Unidade de Educação Básica Luís Viana, localizada na Alemanha, estas últimas de ensino fundamental da rede municipal.

#### 3.1 Entrevista com os diretores

Durante a pesquisa de campo a aplicação da entrevista não foi possível com três diretores, do Museu de Arte Sacra, da Casa de Tambor de Crioula e do Museu do Reggae do Maranhão, devido à falta de tempo dos mesmos. E assim o questionário foi disponibilizado porém sem o contato para a entrevista. Para preservar a identidade dos diretores, vamos ocultar os seus nomes.

Inicia-se indagando sobre a **formação dos diretores e o início de suas atuações**, o diretor do Museu de Arte Sacra, respondeu apenas que está na função desde o ano de 2002. Já o diretor da Casa do Maranhão possui formação em filosofia pela Universidade Federal do Maranhão e iniciou a atuação em agosto de 2015, quando foi convidado para assumir a gestão da

Casa do Maranhão, devido a sua vivência com as manifestações populares. O diretor do Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho possui formação em Letras e está no cargo desde 2015. Já o diretor do Centro de Referência Casa do Tambor de Crioula tem formação em Geografia e a atuação inicia-se em julho de 2018. E o do Museu do Reggae do Maranhão tem formação em Jornalismo e atualmente está cursando Turismo na Universidade Federal do Maranhão e está atuando no museu desde a abertura em janeiro de 2018.

Quando perguntamos a respeito da **função deles como diretores**, o diretor do museu de Arte Sacra respondeu que está na função de chefe de departamento. Notamos que houve uma concordância entre as respostas, onde a grande maioria respondeu que como diretores são responsáveis pela coordenação de todas as atividades, cabendo a eles muitas vezes administrar papéis que não são da abrangência da responsabilidades deles, devido não terem uma equipe que necessária para o cumprimento de todas as demandas museológicas.

Analisando as respostas do início da atuação dos diretores nos museus, observa-se que as gestões mudam de acordo com as trocas de governo estadual, o que ressalta as influências e disputas políticas dentro do campo da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (Sectur). À vista que são cargos preenchidos por indicação ou convites.

A segunda pergunta discorre sobre a **tipologia das instituições e qual o propósito**.

• Museu	• Tipologia	• Propósito
• Museu de Arte Sacra	• -	• Educativo
• Casa do Maranhão	• Museu popular	• Centro de interpretação turística e cultural
• Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho	• Museu popular	• Referência quanto às manifestações populares maranhenses
• Centro de Referência Casa do Tambor de	• Equipamento cultural de multiuso	• Preservação da memória e transmissão de

<b>Crioula</b>		saberes.
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Museu do Reggae do Maranhão</b></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Museu comunitário</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Preservar a memória da comunidade local e de todos que fizeram parte do movimento do reggae</li> </ul>

Percebe-se que as instituições prezam pela defesa da identidade local, com a preocupação de preservar a memória da comunidade, suas práticas e valores sociais e culturais. E acaba proporcionando uma relação e ser um meio de aproximar a sociedade do museu, porém nem sempre é possível, de acordo com a fala do diretor da casa do Maranhão: “O museu é um espaço democrático que precisa ser “vivo” para que a comunidade se identifique e participe desta dinâmica que é o espaço museológico.”

A terceira pergunta versa sobre **quais as exposições estão expostas** e tivemos as seguintes respostas: no Museu de Arte Sacra têm-se desde a defesa do território maranhense, até exposições de imagens religiosas ligadas à religião católica; na Casa do Maranhão, exposição permanente acerca dos saberes, danças e o cotidiano popular do maranhense, Bumba meu boi, Carnaval e Festa do Divino espírito santo. Exposição teórica sobre os terreiros e a culinária maranhense; no Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho, na permanente temos a Festa do Divino Espírito Santo, Bumba meu boi, Religião afro-brasileira, Tambor de Crioula, Carnaval, no que diz respeito às indumentárias e instrumentos das brincadeiras carnavalescas, Natal e ex-votos, na temporária apresenta-se a exposição “60 anos do Terreiro de Iemanjá”.

Já no Centro de Referência Casa do Tambor de Crioula os aspectos simbólicos e materiais do Tambor de Crioula são as temáticas exploradas. E o Museu do Reggae do Maranhão conta com discos (LP’s e CD’s), vestimentas, fotos, cachaças, jornais e

Com essa pergunta procurou-se conhecer quais as temáticas disponíveis nestas instituições no presente momento, para potenciais oportunidades educativas. Constando-se assim que a cultura popular legítima do Estado pode ser explorada em várias instituições museais, como a Casa o Maranhão, o Centro de Referência Casa do Tambor de Crioula e o

Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho que oferecem acervo do folclore maranhense e apresentam temáticas semelhantes. Sendo que todas as instituições são referências na representação dos bens simbólicos das festa populares e religiosidade maranhense.

A quarta pergunta investiga acerca de **como a exposição é elaborada e se há a preocupação com a função educativa**. Todos os diretores afirmaram que existe a preocupação com a função educativa.

Em que o diretor do Museu de Arte Sacra respondeu que a exposição é elaborada com o objetivo de atender a todos os públicos, com a principal preocupação e função de ser educativa. Já o da Casa do Maranhão aborda que todo o acervo é educativo, que conta com espaços para a interação e aprendizagem.

O diretor da Casa do Maranhão abordou que a exposição é elaborada de forma dinâmica e criativa, realçando o popular para a prática de uma memória afetiva do sujeito que ali visita. instituição tem o foco na educação, e a partir disso possui parcerias para a realização de planejamentos na área de educação.

Já no Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho, o diretor respondeu que ao organizar uma exposição preocupam-se primeira com temática que vai ser explorada, para em seguida se procurar o acervo, onde na falta de algo, buscam parcerias para a obtenção dos objetos necessários à exposição. Para posteriormente se realizar os treinamentos com os estagiários feito por curador e com técnicos da própria instituição. E quanto a preocupação com a função educativa, abordou que existe a preocupação, por isso participam de debates e encontros acerca do assunto para se aperfeiçoarem nesta área.

O diretor do Centro de Referência Casa do Tambor de Crioula frisa que a exposição é organizada de forma coletiva com a participação dos detentores da prática do Tambor de Crioula e com o IPHAN. E quanto à função educativa prezam pela Educação Patrimonial, já que recebem um grande público escolar.

O diretor do Museu do Reggae afirma que a exposição é elaborada de forma cronológica, onde no primeiro salão temos os elementos que caracterizam o reggae no Maranhão, tendo em cada espaço uma homenagem à um clube de reggae de determinada época. E ainda ressalta que a preocupação com a função educativa é relevante para a instituição.

Com base nas respostas, consideramos que todos os museus entrevistados são preocupados com a elaboração da exposição com foco na alfabetização cultural do público, porém contam com poucos recursos e equipe técnica para esta atividade. Na função educativa, existe o foco na necessidade de permitir a identificação do sujeito com o acervo, para o despertar dos sentimentos de pertencimento e valorização da cultura local, onde a existência de uma didática museal é tratada como um instrumento para a compreensão dos elementos constituintes da exposição, valorizando-se que todos os elementos que compõem o acervo interferem para a construção dos processos educativos que acontecem nos ambientes não formais, entre estes, os museus que conseguem inserir a educação nas concepções de comunicação museológica, atingindo a atenção e o imaginário para a então concretização da alfabetização cultural. Como explica Santos:

[...] o processo museológico é um processo educativo e de comunicação, capaz de contribuir para que o cidadão possa ver a realidade e expressar essa realidade, qualificada como patrimônio cultural, expressar-se e transformar a realidade. Nesse sentido, o processo museológico é ação educativa e de comunicação. (SANTOS, 2008, p. 137)

Vale enfatizar também que a preocupação com o tratamento do bem cultural de acordo com a Metodologia da Educação Patrimonial é desempenhado por uma instituição, que entende as competências abrangentes da metodologia, como o observar, analisar, atribuir sentidos e contextualizar, são métodos que, adequados à realidade de cada instituição, buscam a prática e teoria educativa para o patrimônio.

Na quinta pergunta explanou-se acerca de os **museus possuem um setor responsável para o tratamento com as temáticas educativas**. Sendo que o diretor do Museu de Arte Sacra respondeu afirmando que todos os setores são responsáveis pelas questões educativas. Já o diretor da Casa do Maranhão ressaltou que não, porém conta com parcerias que complementam na parte educativa, uma delas, é a Rede de Educadores do Maranhão, pois traz experiências de educação nos museus, trazendo a comunidade do entorno do museu para participar das atividades educativas, relatando que atividades como a “Semana da Consciência Negra”, “Feira do livro de São Luís” e na “Primavera dos Museus” foram realizadas atividades educativas.

Tendo nestas atividades o ponto de partida para a expansão de novas ações de educação, onde a instituição já chegou até no município de Alcântara, levando ações que

integrem a comunidade e os elementos da cultura popular. E para este ano o diretor relatou que irão para o município de Pindaré realizar experiências com de educação

O diretor do Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho aborda que antes da sua gestão existia um setor responsável pela educação e outro para a comunicação e que acabavam contribuindo para a função educativa da instituição, porém atualmente não existe mais tais setores, pois cada gestão trabalha de uma forma.

No Centro de Referência Casa do Tambor de Crioula foi tratado que todas as áreas da instituição se direcionam para a educação, com ênfase na área da pesquisa e documentação que tem como base a Metodologia da Educação Patrimonial.

O diretor do Museu do Reggae do Maranhão relatou que não existe um setor responsável para as temáticas educativas, mas em caso de visitação escolares, por exemplo, realiza-se uma mediação com metodologia diferenciada e com foco no lúdico.

Assim constatou-se que como já evidenciado antes o percalço acerca de poucos funcionários e técnicos nas instituições museológicas, pois acaba sobrando para o diretor administrar as várias funções que envolve o domínio museológico.

A sexta questão versa sobre **quais os projetos educativos desenvolvidos pelo museu.** Em que o diretor do Museu de Arte Sacra relatou que desenvolve projetos juntamente com as escola, no sentido de realizar um atendimento preocupado com as instituições escolares.

Já o diretor da Casa do Maranhão descreve que sempre estão realizando projetos direcionados para a área educativa, sendo que constantemente o espaço do museu é utilizado para a interação de atividades direcionadas ao público em geral. E para este ano realizaram um projeto no município de Pindaré com foco educacional que consiste em pautas com três ações, sendo a primeira consistindo na responsabilidades da mediação do Engenho Pindaré, marco da identidade do território mas junto com os funcionários da região, segunda ação palestra acerca da referência da Casa do Maranhão como espaço democrático para a sociedade e a terceira versa sobre ações educativas já realizadas no museu Casa do Maranhão. À vista disso esta iniciativa visa fomentar o conhecimento, a noção e iniciativas de museologias na região de Pindaré, para o entendimento da necessidade de apropriação e divulgação de uma identidade coletiva.

No Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho foi destacado pelo diretor que os projetos educativos restringem-se a ações pontuais no Dia das Crianças, com mediações diferenciadas, oficinas são oferecidas durante todo o ano com mais ênfase no período de fim de ano direcionadas a temáticas natalinas, além de eventos direcionados para questões museológicas, entre eles a “Semana de Cultura Popular”, a “Semana de Museus”, que acontece no mês de maio e a “Primavera dos Museus”, que acontece no mês de setembro e este ano teve como tema “celebrando a Educação em Museus” que proporcionam exposições, ciclo de palestras, exibição de filmes, visita mediadas, oficinas, atividades culturais e educativas.

Já o diretor do Centro de Referência Casa do Tambor de Crioula evidenciou as oficinas de transmissão de saberes sobre o Tambor de Crioula, além de palestras e demais cursos que ainda serão oferecidos pela instituição, pois o museu conta com um espaço desenvolvido com o objetivo para as devidas atividades, porém no momento ainda não estão disponíveis.

O diretor do Museu do Reggae do Maranhão destaca que não possui projetos educativos, apenas as visitas mediadas.

Quanto à esta pergunta podemos afirmar que esforços para garantir a função educativa das instituições museais ainda são poucos, pois algumas instituições realizam apenas as visitas com mediações. Como ressaltou o diretor do Museu de Arte Sacra, o museu tem interesse em interagir com as escolas e realizar projetos para o público escolar, assim verifica-se que as instituições escolares também devem demonstrar o interesse no diálogo com os museus e na construção de projetos que beneficiem a educação formal, a partir da prática da interdisciplinaridade e transversalidade daria à escola o envolvimento e complemento para a sala de aula.

Na sétima questão perguntamos com que frequência **o museu recebe público escolar e como funciona o agendamento das visitas**. Foram unânimes as respostas de que sempre tem público escolar e que os agendamentos são realizados pelo sistema da Sectur, ou por telefone e pessoalmente na recepção dos museus. O diretor da Casa do Maranhão ressaltou que devido o Museu Casa de Nhozinho está temporariamente fechado para reforma, o número de visitas escolares aumentaram na Casa do Maranhão. O diretor do Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho relata que o período de menor procura pelas instituições escolares coincide com o período das férias escolares.

Na oitava pergunta indaga-se acerca das **atividades direcionadas para o público escolar**. Onde o diretor do Museu de Arte Sacra ressalta que toda a exposição é pensada levando em conta o público escolar, porém atividade específica não soube exemplificar.

Já o diretor da Casa do Maranhão enfatizou que o fato de o acervo contar com aparato tecnológico que proporciona a interação, é uma atividade educativa em si. O diretor do Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho ressalta também que a Semana Alusiva ao Índio realizada em abril foi direcionada para o público escolar, assim como a Semana de Museus que é aberta ao público.

Tanto o diretor do Centro de Referência Casa do Tambor de Crioula quanto o do Museu do Reggae do Maranhão ressaltaram a mediação como atividade educativa, que quando é realizada com o público escolar tem um atendimento diferenciado, considerando a faixa etária destes e a dinamização que o público necessita.

Percebemos que o patrimônio cultural material e imaterial é uma ferramenta que confere ao museu a condição de educativo, por ser carregado de conhecimento acerca de contextos histórico, social e cultural de uma comunidade, que o ensino formal sozinho não consegue enfatizar todas as implicações possíveis. Daí que mesmo sem um projeto específico para o público escolar, mas só o fato de estarem em um ambiente sendo cultural mediados por profissionais da área já efetiva a ação educativa do museu.

A última pergunta versa sobre se os **museus produzem material de divulgação educativo**. Sendo que todas as instituições afirmaram que não produzem material. Mas os diretores da Casa do Maranhão e do Centro de Referência Casa do Tambor de Crioula responderam que futuramente estarão realizando materiais de caráter educativo.

### 3.2 Entrevista com os monitores

Foi realizada entrevistas também com os monitores dos museus, sendo aplicado com dois monitores de cada instituição, totalizando dez estagiários. Quanto à identificação dos entrevistados, notou-se que os cursos superiores variavam entre História, Hotelaria, Letras, Turismo, Pedagogia e apenas um estagiário do curso Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-brasileiros. E as instituições de ensino variavam entre UFMA, UEMA e FACAM. Sendo o início do período de estágio nas instituições a partir do terceiro período.

Iniciamos indagando sobre a **função do entrevistado e quando iniciou a atuação**. As respostas variavam entre mediador cultural, monitor de passeio e monitor. E quanto à atuação iniciou-se nos anos de 2017 ou 2018. Os mediadores do Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho, ressaltaram também que além da função de mediadores colaboram nos eventos realizados pelo museu.

Percebemos com esta pergunta que todos os mediadores tem consciência do seu papel no museu como de mediar o visitante pelo acervo, atuando como formadores de opinião. Já que devem informar as peculiaridades do patrimônio cultural.

A segunda pergunta visava sobre se o **entrevistado recebeu algum treinamento**. E a maioria abordou que recebeu treinamento acerca das temáticas do museu. Sendo esse treinamento relatado pela grande maioria como exposição oral e leitura de autores que tratam das temáticas oferecidas no museu. As estagiárias do Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho, Casa do Maranhão e do Centro de Referência Casa do Tambor de Crioula ressaltaram que os treinamentos funcionam de forma continuada, sendo que na Casa do Maranhão todas as segundas-feiras são realizadas formação continuada com a equipe sobre as temáticas do museu.

Em relação a esta pergunta é evidente que todos os mediadores receberam um treinamento, seja por meio de aulas expositivas ou através de material disponibilizado. Ressaltando que é essencial também as formações continuadas, como trabalhadas em algumas instituições pois estas instituições necessitam de profissionais que detenham o conhecimento acerca do acervo exposto para tornar a mediação muito além de apenas olhar objetos, de ação sensorial para compreender todos os aspectos que envolve a experiência museológica.

A terceira pergunta argumenta sobre se **os mediadores consideram o museu educativo**. As respostas foram unânimes em afirmar que o museu é educativo por contar a história do Maranhão, a cultura e demais elementos culturais sob uma nova perspectiva, como relata um mediador. Outro já ressalta a responsabilidade do museu em tratar da preservação e continuação do nosso patrimônio. Sendo que um mediador da casa do Maranhão evidencia que entre as filosofias do museu contemporâneo, destacar as ações educativas é de suma importância.

Neste sentido percebemos que os mediadores consideram os museus educativos devido estes trazerem a identidade cultural maranhense, muitas vezes de forma didática e

processual, possibilitando o despertar do sujeito para a valorização, pertencimento e conhecimento das nossas práticas e diversidade culturais e sociais.

A quarta questão indagou-se sobre que **tipo de público mais frequenta o museu. Os mediadores do Museu de Arte Sacra** responderam que o público é bem diverso, variando entre estudantes, pesquisadores, turistas e os próprios residentes da capital. Entre os da Casa do Maranhão foi ressaltado que depende muito do período, mas geralmente grupos escolares, turistas e a comunidade da área são os que mais frequentam a instituição. Já os mediadores do Centro de Referência Casa do Tambor de Crioula responderam que o público mais expressivo são os escolares, já do Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho relatam que está dividido entre turistas e escolares. No museu do Reggae foi respondido que são turistas e residentes da capital que mais frequentam.

Assim constatou-se que os grupos escolares representam parte do público que frequentam as instituições museológicas, sendo que muitos professores elegem os museus como complementação das suas atividades de sala de aula, e como recurso educativo as questões culturais, aproximam a instituição escolar do museu, por isso esta relação deve ter a atenção não só dos museus como da própria escola para possíveis parcerias. Observa-se também que a comunidade local se interessa pelo conhecimento que os museus proporcionam, seja por curiosidade ou para o aprofundamento com tais assuntos, à vista que só uma instituição que trabalha a relação memória e identidade como essência permite tal abordagem.

Na quinta questão versou sobre **como funciona a mediação com os grupos escolares.** Os mediadores foram unânimes em ressaltar que é adaptada de acordo com a faixa etária e proposta escolar. Sendo explanado por um mediador do Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho que muitos professores já chegam com um objetivo fixo, e como o museu possui acervo referente às religiões de matriz africana, muitos grupos escolares não se interessam pela temática e preferem não explorarem tal temática, justificando por conta dos alunos que fazem parte da religião protestante. Já um mediador do Centro de Referência Casa do Tambor de Crioula relata que alguns grupos tem o objetivo de ver a estrutura do prédio, outros objetivam conhecer historicamente o Tambor de crioula e outros ter entendimento sobre o tambor de crioula e as questões patrimoniais. Para outro mediador a mediação varia de acordo com a faixa etária, pois como atendem grupos do ensino formal que vão desde o maternal até o Ensino Superior, a linguagem vai ser mais simplificada com a utilização de uma comunicação mais simples favorecendo o entendimento das crianças (quando for o caso).

Assim como o aprofundamento no contexto histórico quando trabalhado com uma turma de Ensino Superior.

Verificamos que referente a esta pergunta, os mediadores apresentam o cuidado com a comunicação, pois como facilitadores do conhecimento, tornar este acessível e de compreensão de todos requer as devidas adequações. Fica evidente também como estas instituições são procuradas para fins educacionais, pois desde o início da vida escolar até o ensino superior procuram os museus para a complementação das práticas educativas, mostrando que não se pode reduzir os museus a lugares de turismo e lazer.

A sexta questão diz respeito às **vantagens e percalços para a mediação do público escolar**. É explanado por grande maioria dos mediadores que as vantagens dos grupos escolares é referente aos planejamentos das vistas por parte dos professores, que já chegam com objetivos claros e permitem uma mediação tranquila. E dentro das vantagens é ressaltado que se tratando de grupos escolares com crianças, vê-se a necessidade de inclusão destas no universo das manifestações populares e religiosas desde cedo. Dentro da dificuldade é abordado que as religiões de matiz africana podem ser polemicas para alguns grupos escolares, outro mediador da Casa do Maranhão evidencia que existe resistência quanto as religiões. Além da dificuldade com grupos muito grande de alunos. Outros ressaltam a falta de ordem, disciplinas e muitas vezes a falta de acompanhamento dos professores quanto aos grupos de alunos adolescentes, que acabam ficando dispersos e não acompanham a mediação.

Assim constata-se que entre as vantagens com grupos escolares com faixa etária menores, está a oportunidade de proporcionar o interesse por essas temáticas desde cedo, no qual o exercício de emancipação, cidadania e reapropriação do patrimônio pelos educandos seja fomentado. E participação tanto do grupo de alunos quanto dos próprios professores nos processos de mediação também é importante, pois a interação e interesse deste é fundamental para a efetivação da ação educativa.

A sétima pergunta versa sobre **qual o objeto do acervo mais chama a atenção do visitante**. Entre os mediadores do Museu de Arte Sacra relata-se que os santos do “pau-oco” e as peças utilizadas na liturgia católica são os que causam mais curiosidade. Na Casa do Maranhão foi relatado que o personagem Cazumbá, a dança do Tambor de Crioula e o Bumba meu boi em geral são os elementos que mais surpreendem. No Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho, os mediadores explanaram que as religiões de matriz africana são as que mais chamam a atenção. Quanto no Centro de Referência Casa do Tambor de Crioula são as peças

que compõe a representação da Roda De Tambor de Crioula da artesã Izabel Mattos que mais impressionam.

Assim constata-se que os museus com seus elementos proporcionam descobertas que muitas vezes são vivenciadas no cotidiano mas não reconhecidas como aspectos que compõem a construção de uma identidade coletiva. E que os museus mesmo sem projetos educativos com certa frequência, possuem por essência um caráter educacional, já que propiciam o desenvolvimento de ideias, reflexões e análises. E o ensino formal como espaços de vivencia e trocas culturais deve se apropriar desses espaços que estão a disposição da comunidade em geral.

### 3.3 Entrevista com os professores

Foram escolhidas três escolas de ensino público da cidade de São Luís, sendo uma estadual, e duas municipais. O critério de escolha foi baseado nas escolas estarem inseridas em bairros com grande incidência de manifestações culturais. Entre as manifestações podemos citar: o Tambor de Crioula, a Festa do Divino Espírito Santo, o Reisado, as Religiões Afro-brasileiras, o Bumba-meu-boi, a Dança Portuguesa, dentre outras. Assim os conteúdos relacionados com patrimônio cultural estão presentes nos bairros e regiões que contornam o bairro, em que se localizam as escolas, e por vezes fazem parte da realidade dos educando.

Outro critério de escolha é o fato das escolas escolhidas possuírem certa proximidade com os museus, pois como a grande maioria dos museus e centros de cultura de São Luís estão localizados no Centro Histórico de São Luís, bairro Praia Grande, espera-se que as escolas da proximidade possam manter uma interação maior com esses ambientes. Dessa forma, foram aplicadas entrevistas com um professor de Arte e um professor de História das seguintes escolas:

- Unidade de Educação Básica Alberto Pinheiro, da rede municipal, localizada no Centro;
- Unidade Integrada Estado do Pará, da rede estadual, localizada no bairro da Liberdade;
- Unidade de Educação Básica Luís Viana, da rede municipal, localizada na Alemanha.

Inicialmente procura-se conhecer a formação dos entrevistados, quanto ao grau de escolaridade. Possuindo os professores da Unidade de Educação Básica Alberto Pinheiro, um professor com graduação em Teatro (Licenciatura) e o outro graduado em História com pós-graduação em Gestão Pública. Na Unidade Integrada Estado do Pará, um graduação em Educação Artística e pós-graduação em Educação Especial e o outro com a graduação em História (Licenciatura). Já na escola Unidade de Educação Básica Luís Viana, temos um professor com graduação em Educação Artística e mestrado em Artes e outro com graduação em História e mestrado em Educação.

No que se refere à **frequência das visitas dos alunos aos museus**, o professor de Arte da Unidade de Educação Básica Alberto Pinheiro afirmou que sempre tenta levar seus alunos e a última visita realizada foi no ano de 2015 para o Centro de Cultura Casa do Maranhão, devido a necessidade de aperfeiçoar experiências de ensino-aprendizagem com o patrimônio material e imaterial maranhense. Enquanto o professor de História da mesma escola afirmou que não costuma levar seus alunos para os museus por motivos da falta de recursos. Já na Unidade Integrada Estado do Pará a professora de Arte relata que costuma levar seus alunos ao museu e que a última visita foi no início do ano, para o Centro de Cultura Casa do Maranhão, estabelecer um diálogo com a arte e cultura do nosso estado. Quanto ao professor de História, afirma que costuma levar seus alunos ao museu, mas como está “lotado” há apenas um ano na instituição, ainda não levou seus alunos aos museus, porém na escola que lecionava anteriormente, levou os alunos para o Museu Histórico e Artístico do Maranhão.

Na escola Unidade de Educação Básica Luís Viana a professora de Arte informa que sempre leva seus alunos, mas não é uma tarefa tão fácil, já que o transporte muitas vezes não é disponibilizado pela rede municipal de educação. E atualmente, tem levado pelo Centro Cultural da Vale, pois oferecem até dois ônibus para o deslocamento dos alunos. Já o professor de História afirma que leva seus alunos para os museus quando consegue a parceria para o traslado dos alunos. Relatando que neste ano, no segundo semestre, visitaram o Centro Cultural da Vale no Centro histórico em uma exposição sobre a arte e cultura africana.

Assim entende-se que há um interesse por parte dos professores para a utilização dos espaços museológicos como ferramenta de complementação dos processos de ensino-aprendizagem da escola, oferecendo possibilidades de abordagem para a compreensão da diversidade cultural. Enfatiza-se também que a falta de recursos principalmente para o deslocamento dos alunos é um percalço para o cumprimento de tais atividades.

Outro fator observado é o caso do Centro de Cultura Casa do Maranhão ter sido visitado por duas escolas, enfatizando a fala do diretor do Centro de que, com a Casa de Nhozinho e o Museu de Artes Visuais estarem fechado por motivos de revitalização, as escolas acabam se deslocando para o museu mais próximo deste, que no caso é o Centro de Cultura Casa do Maranhão.

Na segunda questão indagamos se **a direção da escola valoriza e incentiva as visitas escolares às instituições museológicas**. Em que o professor de Arte da UEB Alberto Pinheiro responde que sim, que a direção da escola solicita ônibus, organiza lanche e mobiliza a equipe de professores para a execução atividade. Enquanto o professor de História enfatiza mais uma vez que faltam recursos. Na escola UI Estado do Pará, os professores afirmam que a direção sempre coopera para as atividades desta natureza. Quanto à escola UEB Luís Viana, a professora de Arte argumenta que, não percebe essa valorização da escola, mas ficam empolgados quando a professora consegue levar os alunos, porém não promovem ou incentivam os professores a levar os alunos em exposições, museus, espaços culturais etc. Já o professor de História enfatiza que sim, a direção valoriza as visitas aos museus, mas só dá para fazer com parceria e planejamento.

Diante do exposto, entendemos que a visita escolar se concretiza através do trabalho articulado entre professores e direção, obedecendo a um planejamento prévio, onde a escola se estrutura através de uma proposta pedagógica para não realizar apenas mais um passeio. Por isso requer a contribuição da direção da escola, seja no sentido de dar suporte ao professor nas questões mais práticas, como por exemplo, disponibilização de ônibus, seja possibilitando o trabalho pedagógico nas concepções da interdisciplinaridade e transversalidade. Desta forma percebemos que não vem acontecendo nas escolas públicas da cidade, pois as estratégias, planejamentos e incentivos para a realização das visitas escolares muitas vezes contam com apenas os esforços de um professor, o que muitas vezes não garantirá a eficácia do processo

Na terceira pergunta investiga-se **quais as expectativas dos professores em relação à visita de seus alunos**. Sendo que o professor de Arte do UEB Alberto Pinheiro respondeu que espera que eles possam valorizar a cultura e a arte. Já o professor de História comenta que as visitas escolares auxiliam a compreender melhor o conteúdo da disciplina. Na escola UI Estado do Pará, o professor de Arte respondeu que, as visitas contribuem para a ampliação do

conhecimento. E o professor de História relata que com as visitas os alunos podem consolidar e contextualizar conhecimentos trabalhados em sala de aula.

Com o professor de Arte da escola UEB Luís Viana foi colocado que, primeiramente, realiza um trabalho prévio com os alunos, para que entendam como se comportar em espaços culturais, como os museus. Explicando um pouco sobre o que verão na visita. Com esse trabalho prévio, espera que seus alunos percebam a importância nesse diálogo com as obras e trabalhos ali expostos e que entendam que o aprendizado pode ultrapassar as paredes da escola. Com o professor de História foi expressado que, as aulas de campo são sempre muito atrativas, apesar de ser até mais trabalhoso para a equipe de professores.

Em se tratando dessa pergunta os entrevistados foram unânimes ao afirmar que as visitas proporcionam a valorização da cultura, complementando o conteúdo trabalhado em sala de aula e as riquezas das possibilidades de abordagens que podem ser alcançadas. Ressalta-se também a fala de um professor que enfatizou o trabalho que essas visitas podem proporcionar aos professores, e quando indagado acerca de qual trabalho seria esse, o professor relata as questões de planejamento antes da visitação. Assim, enfatizamos a prática da interdisciplinaridade para a execução das visitas escolares aos museus, pois a envolveria mais de uma disciplina em torno de um projeto e não sobrecarregaria um só professor.

Na quarta questão procuramos saber se **os entrevistados tem conhecimento acerca dos Parâmetros Curriculares Nacionais – Pluralidade Cultural**. Sendo que todos os professores enfatizam que sim, possuem o conhecimento mas não concluíram a leitura de todo o documento. Assim o professor de Arte da escola UEB Luís Viana enfatiza que, conhece o documento, mas confessa que nunca leu todo o material sobre pluralidade cultural do PCN, mas compreende e trabalha entendendo sua importância, no que diz respeito a enfatizar sobre a valorização do que entendemos sobre características étnico-raciais e culturais. Entendendo sobre a importância de vivermos num país diverso com diferentes grupos sociais que merecem respeito e todo cuidado ao abordar tais questões. Aqui mesmo em São Luís, temos uma diversidade cultural que merece destaque, pois nossos alunos são oriundos de uma sociedade que tem em suas manifestações culturais um excelente campo de pesquisa.

Quanto está pergunta pretendemos saber se os entrevistados possuem o conhecimento de que podem e devem oferecer aos alunos oportunidades de conhecimento de suas origens e da diversidade cultural do nosso país. Tendo nesse documento um apoio para o educador aplicar as questões culturais na sala de aula e posteriormente utilizar os museus como

ferramenta didática para reforçar os assuntos já explanados. Pois com uma base teórica aprofundada, organiza-se melhor o planejamento das atividades e visitas escolares aos museus, inserindo as temáticas que o professor julgar necessárias ao contexto e necessidades da escola.

Na quinta questão indagou se **os professores consideram importante trabalhar as questões culturais, como o patrimônio**. Na escola UEB Alberto Pinheiro o professor de Arte enfatizou que sim, pois o aluno aprende a valorizar a cultura local e sua história. Já o professor de História ressalta que é importante demais trazer essas temáticas para a sala de aula, porém a cultura compreende componentes complexos que precisam de um cuidado maior ao serem utilizados no processo de ensino-aprendizagem. Na escola UI Estado do Pará o professor de Arte enfatiza que é importante trazer tais temáticas para a sala de aula já que a cultura é um componente ativo na vida do ser humano. Já o professor de História relata que sim, pois a disciplina história também estuda os aspectos culturais das sociedades.

E o professor de Arte da UEB Luís Viana informa que sim, tendo que todo educador, independente da disciplina que este leciona, deve abordar questões relacionadas a patrimônio cultural, principalmente quando se trata do universo do aluno. E percebe que os alunos se envolvem muito mais quando partimos da prática social do educando, quando falamos de algo que está ligado ao seu dia, como as práticas culturais relacionadas ao Patrimônio Cultural material e imaterial.

Quanto ao professor de História considera que, com certeza, trabalhar a questão patrimonial, seja ela material ou imaterial, já faz parte do rol de conteúdo da disciplina de História. Agora, mais do que trabalhar o conteúdo, é importante trabalhar a consciência de nossos alunos no sentido da preservação de nosso patrimônio histórico, pois é o que nos identifica. É valorizar as nossas raízes e nossa identidade cultural nacional.

Analisando as respostas, temos que os professores reconhecem a relevância das temáticas culturais para o despertar dos educandos para a valorização, respeito e romper com as formar de preconceitos que rodeiam o tratamento com as questões culturais. Como uma professora enfatizou ao tratar de temáticas relacionadas ao patrimônio aperfeiçoa-se o universo dos alunos, à vista que muitos destes então agregados na cultura popular, ou tem familiares que participam de alguma forma de manifestação.

Ressalta-se ainda que abordar tal temática é ressaltar a necessidade do educador em abordar conteúdos que exigem do ambiente escolar o respeito às diferenças e o reconhecimento da diversidade cultural, como vem sendo tratado em documentos que regulamentam as aprendizagens essenciais a serem trabalhadas nas escolas. Entre eles, destaca-se a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), publicada em 2018, que apresenta dez itens como *Competências Gerais da Educação Básica*, destacando-se:

Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos. (BRASIL, 2018, p. 09)

Tendo assim as discussões a respeito da diversidade e diferenças culturais relevantes por tratar de conhecimentos essenciais não só para os processos de ensino mas também para a vida social. E como ressaltou um professor tratar das questões que envolvem a cultura se torna muitas vezes complexo, por isso ressaltamos que implica o estudo de questões sociais, geográficas, históricas, estéticas entre outras, para uma melhor contextualização, envolvendo a interdisciplinaridade. Sendo que o conhecimento presente nas demandas museológicas viabilizam estes princípios, desconsiderando a percepção fragmentária do conhecimento.

Na sexta pergunta indagou-se se os professores **consideram os museus como uma ferramenta didática que pode contribuir com o currículo da sala de aula e como o museu pode contribuir**. Tendo o professor de Arte da UEB Alberto Pinheiro relatando que sim, pois amplia os conhecimentos adquiridos em sala de aula. O professor de História enfatiza que sim, pois é um espaço da memória coletiva. Na UI Estado do Pará o professor de Arte relata que os espaços museológicos são desafiadores ao mesmo tempo que gera avanços na aprendizagem escolar, é uma chave para o desenvolvimento da autonomia dos estudantes dentro e fora da escola. O professor de História relata que sim, os museus são espaços de História viva onde cada objeto conta a história de um dado contexto.

Na escola UEB Luís Viana, o professor de Arte evidencia que sim, principalmente quando o aluno encontra em seu professor, também um mediador cultural. Não adianta visitar

o museu por visitar. É importante que o professor atrele os conteúdos a serem trabalhados com o que será visto nesses espaços. Em muitos desses espaços existe mediadores culturais, às vezes, os espaços, falam por si só, porém o professor deve orientar seus alunos a compreenderem melhor sobre esses espaços, independente da presença de alguém que explique o acervo ou não. O museu contribui à medida que seu conteúdo sirva como uma forma de reforçar o trabalho realizado no ambiente escolar.

O professor de História ressalta que com certeza, nos museus é que temos o momento de vivência prática de nossos alunos com as teorias de sala de aula, por meio da análise de exposições. O Museu é a própria testemunha, por meio das fontes históricas, que contribui para a produção do conhecimento para os nossos alunos.

Percebemos que todos os professores tem consciência dos espaços museológicos para a complementação dos conteúdos trabalhados em sala de aula, como espaço destinado a construção e disseminação do conhecimento e a partir do seu acervo sobre a memória coletiva, suas diversas representações simbólicas, manifestações populares e demais bens culturais podem contribuir nas duas disciplinas aqui pesquisadas no sentido de promover situações de aprendizagens que se perpetuem por toda a vida, já que são temáticas que permeiam a formação humana e das questões de cidadania.

Na sétima questão indaga-se **quais as temáticas trabalhadas em sala de aula podem ser complementadas com as visitas aos museus.** O professor de Arte da UEB Alberto Pinheiro enfatiza que as temáticas podem ser: Arte popular, conservação do patrimônio, preservação da história e memória de um povo. O professor de História evidencia os assuntos acerca dos modos de vida, cultura e o aprofundamento dos conhecimentos acerca dos fatos históricos. Na escola UI Estado do Pará, o professor de Arte relata que as exposições sobre artes plásticas contribuem no conteúdo acerca da História da Arte. Já o professor de História mostra que os conteúdos sobre história da antiguidade, história medieval, história dos povos africanos e indígenas, história das religiões, assim como temas do cotidiano podem ser explorados nas visitas aos museus.

O professor de Arte da UEB Luís Viana relata que os conteúdos variam, desde conteúdos trabalhados em sala de aula a convivência em espaços culturais que enriqueçam o repertório cultural do educando como Patrimônio Cultural material e imaterial, diversidade cultural, história da arte, valorização da própria cultura do aluno e cultura do outro, respeito às diversidades e aos patrimônios culturais, formas de se comportar em grupo, respeito às regras

impostas de determinados espaços culturais, dentre outros. Já o professor de História explica que, os conteúdos que diz respeito à Cultura Africana, Brasil e Maranhão colonial, Cultura Popular Brasileira e Maranhão durante o Império e a República.

Assim temos uma diversidade de conteúdos que podem ser explorados junto ao dispositivo museal, sendo que as duas disciplinas produzem conhecimentos que estão disponíveis para aperfeiçoamento nestas instituições. Em que as temáticas que envolvem a cultura, muito ressaltado pelos professores, trazem as questões acerca do meio social e cultural, como o pluralismo cultural, que está associado, sobretudo à mudanças de paradigmas impostas pelo ensino formal, no sentido de considerar no currículo o saber popular assim como é realçado o saber erudito. O que dificulta o tratamento do saber popular nas escolas muitas vezes é a falta de conhecimentos dos professores acerca do assunto, que acabam associando tais temáticas apenas em datas comemorativas, como por exemplo, no dia do folclore e dia da consciência negra.

Na oitava pergunta indagou-se sobre **quais os desafios e obstáculos em relação a proporcionar experiências desta natureza aos alunos**. O professor de Arte da UEB Alberto Pinheiro enfatiza que fazer os alunos entender a importância da arte, cultura e história local, conseguir transporte, devido a quantidade de alunos por sala, e o fato de ter q sensibilizar muitos professores e a equipe da escola se torna um desafio. O professor de história destaca a dificuldade para se conseguir o meio de transporte para os alunos e de pessoal da escola para acompanhar os alunos na visita aos museus. Na escola UI Estado do Pará o professor de arte evidencia que o maior impedimento é conseguir transporte para o deslocamento dos alunos. O professor de História evidencia a indisciplina dos alunos, as turmas muito numerosas, havendo a necessidade de mais de um profissional para acompanhar na visitação. Outra questão é em relação aos custos com o deslocamento.

O professor de Arte da UEB Luís Viana narra que, sempre que pensamos em desafios, pensamos em obstáculos colocados por outros, mas remetendo-se aos obstáculos colocados pelos professores, em especial o seu, temos, muitas das vezes a professora se desanima em levar os alunos a algum espaço, pelo simples fato da dificuldade em conseguir meio de transporte. Então, muita das vezes reluta em tentar. Destaca também, os obstáculos relacionados à maioria dos museus de nossa cidade, como por exemplo, o fato de não terem uma política de atrair as escolas para esses ambientes, o não oferecimento de transportes para

auxiliar no traslado desses alunos. O obstáculo mais evidente é o de não poder contar com transporte na data escolhida para realizar trabalhos com os alunos nos museus.

Ressaltando ainda que, às vezes a professora inclui no seu plano anual uma data exata pra determinada visita, mas chegando no período, não há uma confirmação desse transporte. O outro obstáculo se dá pelo fato de muitas das vezes, quando se consegue transporte, não se consegue levar todos os alunos, então, o professor tem que realizar a triste tarefa de escolher alguns alunos para a visita de determinado museu.

O professor de História menciona também a dificuldade de parceria principalmente com o transporte escolar e às vezes a falta de maturidade de determinada clientela escolar que entende as visitas aos museus como mais um passeio do que uma aula diferenciada.

Em se tratando desta pergunta os professores foram unânimes ao afirmar que a falta de transporte para o deslocamento dos alunos é uma adversidade que acaba impedindo muitas vezes o planejamento para tal atividade. Assim verifica-se que quando as instituições museais disponibilizam o ônibus para o traslado dos alunos a visita se torna mais viável, à vista que, as escolas não possuem recursos para este fim.

Outra questão desafiadora para a visita escolar é a falta de envolvimento dos professores, ou melhor, de uma equipe escolar, pois percebe-se na fala de alguns que somente um professor não garante a efetivação da experiência no museu, já que muitos alunos são indisciplinados. Por isso enfatiza-se mais uma vez que o interesse para a realização das visitas escolares nas instituições museológicas deve partir de toda uma equipe pedagógica e não apenas de um só professor, pois só com a contribuição de todos o processo para tornar a visita com significado e sentido para os educandos será possível.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encontramos nas abordagens acerca da temática educação forte ligação com os museus, devido atuarem na complementação da educação escolar. Assim consideramos a importância dos espaços não formais de educação, no caso os espaços como os museus, para mostrar sobretudo a cultura popular, que acaba sendo pouco ofertada no ensino formal, devido ainda o predomínio da cultura erudita perante a popular.

Ressaltamos que os patrimônios culturais de uma região são importantes ferramentas para o tratamento com questões de pertencimento, diversidade, memória, tradição e preservação. E estas como questões recentes valorizadas, por parte da escola, mesmo que a passos lentos, que é uma organização de evidências culturais passou a contemplar um currículo multicultural enfatizando a sua função democrática e socializadora. Tendo a rica heterogeneidade cultural nacional aproveitada pelos educadores como forma de concretizar o resgate de uma identidade cultural local.

Os documentos que servem de referências para os professores enquanto conteúdos a serem enfatizados na sala de aula contemplam a relevância e a necessidade destes assuntos nas escolas. Percebendo que para a formação real da cidadania, a escola deve fomentar na tarefa de construção do indivíduo crítico e participativo, a relação com suas heranças culturais.

Desta forma, os museus contribuem para a valorização e democratização desse patrimônio cultural já que possuem em seus acervos tal temática. E contribuem assim com os ambientes escolares, nos seus tratamentos acerca das questões culturais, podendo aprofundar suas indagações.

Tendo que conforme as leituras dos teóricos, constatou-se que os museus são espaços de pesquisa, comunicação, divulgação, valorização e preservação de uma memória coletiva com forte componente simbólico, demonstrada através do seu acervo, que proporciona o contato com um legado cultural que revela as artes, festas, danças, religiosidade, saberes e folguedos folclóricos.

Neste sentido, a partir dos documentos oficiais que norteiam os funcionamentos dos museus, comprovou-se a sua função educativa, que norteia o atendimento ao público escolar. Podendo não apenas atender à demanda turística e para fins de lazer.

Tendo no contexto da cidade de São Luís, um repertório de instituições museológicas e centros de cultura disponíveis como ferramenta de complementação da educação formal, permitindo várias vertentes e possibilidades para o alcance dos entendimentos que o norteiam, incorporando ações transversais e interdisciplinares.

E sobre o conhecimento que pode ser experimentado pelos educandos, ficou evidente que as disciplinas Artes e História podem enfatizar e tratar com mais eficácia os conhecimentos que estão disponíveis no acervo museal, à vista que são componentes curriculares que apresentam entre os seus conteúdos as temáticas relacionadas ao patrimônio cultural material e imaterial.

Frente aos estudos teóricos realizados buscamos a caracterização dos espaços museológicos da cidade como educativos, porém precisávamos comprovar se a função educativa de fato é uma realidade, por isso entrevistamos diretores e mediadores destas instituições e se os professores de Arte e História costumavam utilizar os espaços museológicos para aperfeiçoar e complementar as suas práticas de sala de aula.

Podemos perceber que os museus de fato são por essência educativos, já que trazem muitas vezes a apresentação do seu acervo de forma didática, com uma certa sequência e trazendo temáticas que permitem um olhar crítico, sensível e de comprometimento com sentimentos de cidadania. Entretanto a falta de projetos educativos dentro das instituições minimiza esta função. Constata-se também que a falta de profissionais para a área pedagógica dentro dos museus pode implicar para a concretização e efetividade desta função, pois com um profissional responsabilizado pelo setor educativo nos museus, os projetos, programas e atividades para essa área poderiam ter mais frequência.

Outra questão para a eficácia da função educativa nos museus é a necessidade da formação continuada dos mediadores culturais, já que em algumas instituições apenas uma formação é realizada. E estes sendo os facilitadores do conhecimento, além de serem os principais canais de comunicação dos museus que os visitantes acabam tendo contato, devem estar constantemente se aperfeiçoando quanto às questões disponíveis no acervo específico.

Ficou evidente também que viabilizar como alternativa para enfatizar a função educativa dos museus, os cursos, oficinas e seminários em torno das temáticas culturais constrói no cotidiano dessas instituições uma forma constante e contínua para assim se adquirir uma prática educativa mais eficaz.

E dentre as ações educacionais que podem ser desenvolvidas para integrar a escola com os museus, projetos e iniciativas na área necessita também ser concretizados pelo espaço formal e levados como propostas junto a estes espaços. Pois na escola ainda que haja várias iniciativas e discussões em prol da preservação, o desconhecimento quanto ao patrimônio como referência ainda é satisfatório. E desenvolver uma metodologia de ensino que contemple o patrimônio cultural local, muitas vezes é desafiador para o educador. Assim viabilizar cursos, oficinas e treinamentos para os professores nas instituições que por essência lidam com as temáticas culturais é relevante para democratizar ainda mais esses espaços museais.

Com isso julga-se relevante também a produção de um material pedagógico para os professores das disciplinas Arte e História que enfatize o patrimônio cultural, junto às manifestações culturais e artísticas locais, para suprir a falta de tal conhecimento na sala de aula. Dentre as opções deste material de apoio julgam-se as apostilas com conhecimentos específicos sobre o assunto como objetivo para a distribuição nas escolas.

Quanto as visitas realizadas pelas escolas aos espaços museológicos, percebemos que os educadores se esforçam para realizar tais atividades, no sentido de explorar as temáticas culturais na sala de aula e complementar com as visitas aos museus, porém os percalços no que diz respeito à incentivos e apoio da equipe pedagógica, a indisciplina dos alunos e da falta, muitas vezes de transporte para o deslocamento dos alunos acaba desanimando os professores.

Portanto, a presente pesquisa contribui para reflexões quanto à importância que o patrimônio cultural possui para a formação da identidade coletiva. Apresentando as manifestações culturais e artísticas maranhenses como parte deste acervo patrimonial, para possíveis aplicações em sala de aula e posteriormente práticas de visitas escolares aos museus que apresentam este acervo com bens patrimoniais.

Para tanto, investigar se os museus cumprem seu papel educativo e se a escola realmente frequenta estes espaços contribui para futuros debates acadêmicos, fornecendo

também dados para os museus, assim ressalta-se a relevância da pesquisa para possíveis reformulações, discussões e políticas públicas de melhorias das práticas educativas museológicas.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO JÚNIOR, José Raimundo. **Processos curatoriais e expografia da Cafua das Mercês**: a emergência das noções de raça, etnia e africanidade no Museu do Negro. 2011. 121 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2011.

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2º Ed. Rio de Janeiro, 2009.

BARBOSA, Ana Mae. **Inquietações e mudanças no ensino da arte**. 4º ed - São Paulo: Cortêz, 2008.

BEMVENUTI, Alice. **Museus e educação em museus** – História, metodologias e projetos, com análise de casos dos Museus de Arte Contemporânea de São Paulo, Niterói e Rio Grande do Sul. 2004. Dissertação (Mestrado). Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/49164>. Acesso em: 12 julho. 2018

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. 3ª versão revista em abril de 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>> Acesso em: 26 out.2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Dispõe sobre as Diretrizes da Educação Nacional e atualizações do Ensino de Arte. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm)>. Acesso em: 04 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº. 10.639, de janeiro de 2003**. Altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, DF, 2003. Não paginado. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm)> Acesso em: 04 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009**. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/11904.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11904.htm) Acesso em: 05 maio. 2018

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade Cultural**, Brasília. MEC/SEF. 2001.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n.9. 394, de 20 de dezembro de 1996

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: história e geografia**. 2.ed. v.5. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

CANCLINI, Nestor G. **Cultura Híbridas**. Estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP, 1989.

CASTRO, Maria Laura Viveiros de. **Patrimônio Imaterial no Brasil**. Brasília: UNESCO, Educarte, 2008.

COSTA, Isabel Mota. **O Ensino da Arte e a Cultura Popular**. São Luís: Arte e Cultura, 2004.

DAYRELL, J. **A escola como espaço sócio - cultural**; in: Dayrell, J. Múltiplos Olhares sobre educação e Cultura Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996.

DUARTE JR, João-Francisco. **O sentido dos sentidos: a educação (do) sensível**. Curitiba : Criar, 2000.

EUFRÁZIO, José Carlos [trad.]. **Educação: um tesouro a descobrir**. 7 ed. Revisada. – São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, 41º Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra 1997.

FREIRE, **Educação como Prática da Liberdade**. 30º Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000.

FROES, Roberto. **Arte-Educação em São Luís**. São Luís: Func, 2002.

FUSARI, M. F. R; FERRAZ, M. H. C. T. **Arte na Educação Escolar**. São Paulo: Cortez, 1993.

FUSARI, M. F. R; FERRAZ, M. H. C. T. **Metodologia do ensino da Arte**. São Paulo: Cortez, 1992.

GARCIA, Lenise Aparecida Martin. **Transversalidade presença pedagógica**. Belo Horizonte: v. 8, n. 45, 2002.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal no campo das Artes**. São Paulo. Cortez, 2015

HORTA, M. L. P.; GRUNBERG, E.; MOTEIRO, A. Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial. 1999.

Kuper, Adam. **Cultura: a visão dos antropólogos**. São Paulo, 2002.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 18º Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2005.

LEITE, Pedro Pereira. **Museologia Social e Educação Popular Patrimonial**. Disponível em:[http://www.academia.edu/32006856/Museologia\\_Social\\_e\\_Educa%C3%A7%C3%A3o\\_Popular\\_Patrimonial](http://www.academia.edu/32006856/Museologia_Social_e_Educa%C3%A7%C3%A3o_Popular_Patrimonial). Acesso em: 12 set. 2018.

LIMA, Maria Nazaré Mota. **Escola Plural: a diversidade está na sala: formação de professores/as em historia e cultura afro-brasileira e africana**. 3 ed. – São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF, 2012

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias De Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

LOPES, Maria Margaret. **A favor da desescolarização dos museus**. Educação e Sociedade, vol.40, dez.1991, p.443- 455.

LIBÂNEO, José Carlos. **A aprendizagem escolar e a formação de professores**. Revista Educar nº24, p 113-147. Editora UFPR: Curitiba, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. **As modalidades de educação: informal, não-formal, formal**. In: Pedagogia e pedagogos, para quê? 7ª ed. Ed. Cortez. São Paulo, 2004. Nacional Pró-Memória, 1985, p.67.

LUCK, Heloísa. **Pedagogia Interdisciplinar: fundamentos teóricos-metodológicos**. 18. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MAGALHÃES, Leandro Henrique. **Educação Patrimonial: uma análise conceitual**. II ENCONTRO CIDADES NOVAS - A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PATRIMONIAIS: Mostra de Ações Preservacionistas de Londrina, Região Norte do Paraná e Sul do País. Centro Universitário Filadélfia – UniFil. Londrina-PR. 13 a 16 de Outubro de 2009.

MARANHÃO, Gerência de Desenvolvimento Humano. **Proposta Curricular – Arte: Ensino Fundamental 1º a 8º série**. São Luís: Sioge. 2001.

MARTINS, Ananias. São Luís: **fundamentos do patrimônio cultural – séculos XVII, XVIII**. São Luís, 1999.

MOREIRA, Antonio Flavio e SILVA, Tomaz Tadeu. **Currículo, cultura e sociedade**. 2 edição. São Paulo, Cortez, 1995.

NUNES, Izaurina Maria de Azevedo. **Olhar, Memória e reflexões sobre a gente do Maranhão**. São Luís: Comissão Maranhense de Folclore, 2003.

ORIÁ, Ricardo. **Educação patrimonial: conhecer para preservar**. Disponível em <http://www.aprendebrasil.com.br>

PESSOA, João; TOLENTINO, Átila Bezerra (Org.). **Educação patrimonial: reflexões e práticas** – Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012.

POLLAK, M. **Memória e identidade social**. *Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, 1992.

POULOT, Dominique. **Musée Nation Patrimoine**. 1789–1815. Paris: Gallimard, 1997.

POULOT, Dominique. **Patrimoine et musées: L'institution de la culture**. Paris: Hachette, 2001.

SANTOS, Maria Célia T. M. “**A Declaração de Santiago do Chile (1972)**”. In Seminário A Museologia Brasileira e o ICOM: Convergências ou Desencontros? Promovido pelo ICOM-BR. São Paulo: FIESP, novembro de 1995, mimeo.

SANTOS, Maria Célia T. M. “**Documentação Museológica, educação e Cidadania**”. In *Repensando A Ação Cultural e Educativa dos Museus*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, p. 93-107, 1993.

SILVA F, Olavo Pereira da. **Arquitetura Luso-Brasileira no Maranhão**. 2º Ed. Belo Horizonte, 1998.

SILVA, Tomaz Tadeu. [org]. **Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação**. 7. ed. – Petropolis, RJ: Vozes, 2008.

SANTIAGO, Mylene Cristina; AKKARI, Abdeljalil; MARQUES, Luciana Pacheco. **Educação intercultural: desafios e possibilidades**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

SANTOS, Robson Ruitter Mendonca. **Cultura popular e educação: cidadania e identidade na educacao básica.**, 2011.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Museus brasileiros e política cultural**. Revista Brasileira de Ciencias Sociais, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 53-73, 2004.

SANTOS, Maria Célia T. M. **Encontros Museológicos: reflexões sobre a museologia, a educação e o museu**. Rio de Janeiro: MinC, IPHAN, DEMU, 2008. (Coleção Museu, Memória e Cidadania, nº 4)

\_\_\_\_\_. **Museus e educação: conceitos e métodos**. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4201326/mod\\_resource/content/1/Maria%20C%3%A9liaT.%20M.%20Santos%20%20Museu%20e%20Educa%C3%A7%C3%A3o\\_conceitos%20e%20m%C3%A9todos.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4201326/mod_resource/content/1/Maria%20C%3%A9liaT.%20M.%20Santos%20%20Museu%20e%20Educa%C3%A7%C3%A3o_conceitos%20e%20m%C3%A9todos.pdf). Acesso em: 20 ago. 2018

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. **Bens Culturais e sua proteção jurídica**. Curitiba: Juruá, 2006.

TINHORAIO, Jose Ramos, **Cultura Popular: temas e questões**, 2001.

VALENTE, M. E. A. **Educação em museus. O público de hoje no museu de ontem**. Rio de Janeiro, 1995. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1995.

\_\_\_\_\_. **Museus de Ciências e Tecnologia no Brasil**: uma história da museologia entre as décadas de 1950-1970. 276 p. Tese (doutorado em Ciências) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

VIEIRA FILHO, Dmingos. **Folclore Brasileiro – Maranhão**. Rio de Janeiro, Funarte, 1977.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura: notas sobre uma antropologia da sociedade contemporânea**. 8ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed. 2008.

#### *Sites*

FOLHA DE SÃO PAULO. HISTÓRIA Conjunto tombado pela Unesco é composto de casarões coloniais dos séculos 18 e 19 São Luís vira patrimônio da humanidade. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff051215.htm>. Acesso em: 18 out. 2018.

DECLARAÇÃO DO MÉXICO, Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20do%20Mexico%201985.pdf>. Acesso em: 12 julho. 2018

IBRAM, Disponível em: <http://www.museus.gov.br/tipo-publicacao/manuais-guias-e-outros/>. Acesso em: 10 ago. 2018.

IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>. Acesso em: 10 ago. 2018

REPRESENTAÇÃO DA UNESCO NO BRASIL. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/education/education-2030/gem-report/>. Acesso em: 05 ago. 2018.

## **APÊNDICES**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIENCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE TURISMO E HOTELARIA  
CURSO: TURISMO  
QUESTIONÁRIO I

DIRETOR

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Graduação (ano): \_\_\_\_\_

Instituição em que trabalha: \_\_\_\_\_

Turno: \_\_\_\_\_

1. Qual a sua função e quando começou a sua atuação?
2. Qual a tipologia da instituição? E qual o propósito?
3. Quais exposições estão expostas?
4. Como a exposição é elaborada? Há a preocupação com a função educativa?
5. O museu possui algum setor responsável para o tratamento com as temáticas educativas?
6. O museu desenvolve algum projeto educativo?
7. O museu recebe público escolar? Com que frequência? Como funciona o agendamento?
8. Existem atividades direcionadas para o público escolar? Quais?
9. Produzem material de divulgação educativo?

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIENCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE TURISMO E HOTELARIA  
CURSO: TURISMO  
QUESTIONÁRIO II

MONITORES

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Graduação (ano): \_\_\_\_\_

Instituição em que trabalha: \_\_\_\_\_

Turno: \_\_\_\_\_

- 1 – Qual a sua função e quando começou a sua atuação?
- 2 – Você recebeu algum treinamento? Como foi?
- 3 – Considera o museu educativo?
- 4 – Qual o tipo de público mais frequenta o museu?
- 5 - Quanto aos grupos escolares, como funciona a mediação?
- 6 – Quais as vantagens e percalços para a mediação do público escolar?
- 7 - Qual o objeto do acervo chama mais a atenção do visitante?

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIENCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE TURISMO E HOTELARIA  
CURSO: TURISMO  
QUESTIONÁRIO III

PROFESSOR

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Graduação (ano): \_\_\_\_\_

Escola em que trabalha: \_\_\_\_\_

Endereço da escola: \_\_\_\_\_

Turno: \_\_\_\_\_ Nível de escolaridade que você leciona: \_\_\_\_\_

1 – Leva seus alunos ao Museu? Quando? Como ocorreu e qual foi a instituição visitada?

2 – A direção da escola valoriza e incentiva as visitas escolares as instituições museológicas?

3 - Quais as suas expectativas em relação à visita de seus alunos ao museu?

4 – Você tem conhecimento sobre o PCN - Pluralidade cultural?

5 – Você considera importante trabalhar as questões culturais, como o patrimônio cultural na sua disciplina? Por quê?

6 - Considera o museus como uma ferramenta didática que pode contribuir com o currículo da sala de aula? Como o museu pode contribuir?

7 - Quais as temáticas trabalhadas em sala de aula podem ser complementadas com as visitas aos museus?

8 – Quais os desafios e obstáculos em relação a proporcionar experiências desta natureza aos alunos?



